

LEI ORGÂNICA DO FISCO: NECESSÁRIA E URGENTE

O mundo tenta respirar

Ano XVI - Nº 101
Brasília, outubro/dezembro de 2009

Revista de **SEGURIDADE SOCIAL**

ANFIP
Associação Nacional dos Auditores
Fiscais da Receita Federal do Brasil

CONTRA A DESONERAÇÃO DA FOLHA

*Entrevista com Carlos Lupi
Ministro do Trabalho e Emprego*

Servidores públicos:
a máquina não está inchada



O Natal simboliza nova vida, pois comemora o nascimento do Homem que modificou a nossa maneira de ver o mundo, trazendo-nos perdão, amor e esperança. Que neste natal sejam realizados todos os desejos de um mundo melhor; que todos estabeleçam um novo vigor de humanidade e solidariedade; que nada seja mais forte do que a união daqueles que brindam o afeto entre si.

*Feliz Natal
e um 2010 repleto de realizações*



Conselho Executivo da ANFIP - 2009

Mitos decadentes

O grande drama dos países subdesenvolvidos, a cada novo ano que se aproxima, é o de não poder festejar a despedida do ano velho com a efusividade que seria permissível caso os índices sociais e econômicos apresentassem melhora significativa a ponto de justificar a euforia dos fogos de artifício e do estampido das rolhas das champanhes estouradas nos lares que podem se dar a tal luxo. Diz o velho adágio que “alegria de pobre dura pouco”, algo que infelizmente é confirmado pelo contraste entre as imagens de festejo diante da eleição do Rio para as Olimpíadas de 2016 e as cenas de horror naquela que é chamada de “cidade maravilhosa”, escancaradas para um país perplexo apenas algumas semanas depois da comemoração protagonizada pelas autoridades governamentais na cerimônia ocorrida em Copenhague, na Dinamarca, tão logo o Comitê Olímpico Internacional anunciou sua decisão em favor da capital carioca.

Longe de encarnar um ranço pessimista ou o tique nervoso dos derrotistas, o paralelo serve para mostrar que um sonho está destinado a se materializar apenas quando se encara a realidade sem o disfarce das euforias enganosas e das estatísticas falseadas pelas intenções duvidosas. Sendo assim, longe de desmerecer a escolha ou de lançar sobre ela a fetidez dos maus agouros, é forçoso reconhecer que as comemorações em Copenhague somente se mostrarão meritórias caso efetivamente a violência no Rio deixe de ser jogada mais uma vez para debaixo do tapete e passe a merecer das autoridades responsáveis todas as providências indispensáveis ao efetivo combate à criminalidade em suas raízes – e não somente no Rio de Janeiro, mas em todas as cidades brasileiras –, de modo que ela não venha a submergir antes das olimpíadas para em seguida brotar com a mesma – ou maior – virulência tão logo concluídas as competições no solo profícuo dos esportes.

Assim é o Brasil e, de resto, o mundo, de um modo geral: risos, festejos e euforias têm que estar respaldados por fatos que os tornem meritórios, o que não dá margem a fantasias de efêmera duração, fadadas a transformar em decepção duradoura o que não pode ser elevado a algo acima de uma alegria fugaz. Isto

porque, também no Brasil como em qualquer parte do mundo, o desencanto que se abate sobre os logrados supera em demasia o mais tênue ímpeto de felicidade inconsistente. O desalento, em suma, se mostra insuportavelmente mais pernicioso do que a pretendida ilusão de uma macérrima miragem pretensamente apaziguadora de ânimos exaltados.

No apagar das luzes de 2009 temos a espantar os agouros, mas a aguçar a visão para as realidades perversas e insustentáveis num país que se pretende olímpicamente festejado entre as demais nações. Há, em meio ao descomunal balanço propiciado por um país de nossas dimensões, alguns poucos fatos que, de qualquer modo, propiciam um certo alívio diante da exaustiva luta em busca da verdade, única salvaguarda das soluções reais e duradouras. Vale citar aqui alguns mitos que começam a desmoronar e que, felizmente, em razão disso, haverão de propiciar soluções para problemas que se vêm eternizando em razão de embustes que pecam pela falta de credibilidade.

O mais propício horizonte que se consolidou em 2009 foi a falência do mito do déficit previdenciário, o que abre espaço para a eliminação de uma verdadeira agressão contra o segurado do INSS, representada pelo fator previdenciário. Ilegítima, perversa e cruel, a fórmula redutora das aposentadorias é a mais agressiva representante dos lacaios que pretendem jogar sobre o ombro dos indefesos aposentados e pensionistas todas as maquinações destinadas a fazer predominar a visão de que os benefícios são os responsáveis pelas distorções impostas ao custeio do sistema. O segundo mito que felizmente começa a desmoronar de vez, com base em números precisos e objetivos, refere-se ao suposto (na verdade, enganoso) inchaço da máquina pública brasileira, que dá origem ao subproduto demolidor da evidência de que um país não pode prescindir de uma máquina bem estruturada para fazer frente às missões que o grande capital não se dispõe a cumprir em razão da ganância do lucro.

Se 2009 findar com uma reação consistente e decisiva contra as quimeras, já se haverá de festejar a chegada de 2010 com o regozijo bem justificado dos grandes e auspiciosos acontecimentos.



SBN, Quadra 1, Bloco H, Ed. ANFIP - CEP 70.040-907 - Brasília, DF
Fone: (61) 3251-8100 | Fax: (61) 3326-6078
E-mail: info@anfip.org.br | Home page: http://www.anfip.org.br

Publicação da Associação Nacional dos
Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

DIRETORA RESPONSÁVEL:
Rosana Escudero de Almeida

FOTOS:
Agência Brasil e Arquivo ANFIP

REDAÇÃO, COORDENAÇÃO E EDIÇÃO:
Texto e Vídeo Produções
(www.textoevideo.com.br)

REPORTAGEM:
Gerson Menezes e Luis Eduardo da Costa

CONSELHO EDITORIAL:
Décio Bruno Lopes
Floriano José Martins
Jorge Cezar Costa
José Roberto Pimentel Teixeira
Rosana Escudero de Almeida

EDITOR:
Gerson Menezes

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:
Gilmar Eumar Vitalino / José Ricardo L. Martins

CONSELHO EXECUTIVO

Jorge Cezar Costa
Presidente do Conselho Executivo
Eucélia Maria Agrizzi Mergar
Vice-presidente Executiva
José Roberto Pimentel Teixeira
Vice-presidente de Assuntos Fiscais
Maria do Carmo Costa Pimentel
Vice-presidente de Política de Classe
Rodrigo da Costa Póssas
Vice-presidente de Política Salarial
Floriano José Martins
Vice-presidente de Assuntos de Seguridades Social
José Avelino da Silva Neto
Vice-presidente de Aposentadorias e Pensões
Ana Mickelina Barbosa Carreira
Vice-presidente de Cultura Profissional e Relações Interassociações
Antonio Silvano Alencar de Almeida
Vice-presidente de Serviços Assistenciais
Manoel Eliseu de Almeida
Vice-presidente de Assuntos Jurídicos
Décio Bruno Lopes
Vice-presidente de Estudos de Assuntos Tributários
João Alves Moreira
Vice-presidente de Administração, Patrimônio e Cadastro
Luiz Mendes Bezerra
Vice-presidente de Finanças
Ademar Borges
Vice-presidente de Planejamento e Controle Orçamentário
Rosana Escudero de Almeida
Vice-presidente de Comunicação Social
Maria Inez Rezende dos Santos Maranhão
Vice-presidente de Relações Públicas
Assunta Di Dea Bergamasco
Vice-presidente de Assuntos Parlamentares
Fábio Galizia Ribeiro de Campos
Vice-presidente de Tecnologia da Informação

CONSELHO FISCAL

Ary Gonzaga de Lellis - GO
Luiz Antônio Górrima - BA
Ennio Magalhães - PA

CONSELHO DE REPRESENTANTES

COORDENADOR: PEDRO DITTRICH JUNIOR - SC
VICE-COORDENADOR: MANOEL DE MATOS FERRAZ - MT
SECRETÁRIA: ROZINETE BISSOLI GUERINI - ES
SECRETÁRIA-ADJUNTA: MARIA APARECIDA F. P. LEME - RN

AC - HELIOMAR LUNZ
AL - FRANCISCO DE CARVALHO MELO
AM - CLEIDE ALMEIDA NOVO
AP - EMIR CAVALCANTI FURTADO
BA - ARNALDINO MORAES PITTA
DF - LÉA PEREIRA DE MATTOS
CE - NOÉ FREITAS JÚNIOR
ES - ROZINETE BISSOLI GUERINI
GO - NILO SÉRGIO DE LIMA
MA - CARLOS ALBERTO REIS DE ANDRADE
MG - LUCIO AVELINO DE BARROS
MS - CASSIA APARECIDA MARTINS DE A. VEDOVATTE
MT - MANOEL DE MATOS FERRAZ
PA - MARIA ONEYDE SANTOS
PB - LUCIMAR RAMOS L. CARVALHO
PE - ABÍAS AMORIM COSTA
PI - LOURIVAL DE MELO LOBO
PR - MÁRCIO HUMBERTO GHELLER
RJ - SÉRGIO WEHBE BAPTISTA
RN - MARIA APARECIDA FERNANDES P. LEME
RO - ENI PAIZANTI L. FERREIRA
RR - ANDRE LUIZ SPAGNUOLO ANDRADE
RS - DULCE WILENNBRING DE LIMA
SC - PEDRO DITTRICH JUNIOR
SE - MANOEL ALVES GOMES
SP - MARGARIDA LOPES ARAUJO
TO - MÁRCIO ROSAL BEZERRA BARROS

Esta edição: 32.000 exemplares. Distribuição gratuita
A assinatura da Revista da Seguridade Social é gratuita. Envie seus dados (nome e endereço completos) para o email cadastro@anfip.org.br
Permitida a reprodução total ou parcial dos textos, desde que citada a fonte. As matérias e artigos publicados não refletem, necessariamente, a opinião do Conselho Executivo da ANFIP.

AO LEITOR

O ano de 2010 tem início com a grande chance de derrubar velhos mitos (leia Editorial). São cantilenas antigas, como os citados fator previdenciário e o suposto “inchaço” da máquina pública. Ambos têm alvo bem preciso: no primeiro caso, os servidores públicos; no segundo, os aposentados e os pensionistas que, sem poder político, se vêem sufocados por uma persistente determinação de alguns segmentos em promover a desvalorização de renda desse frágil segmento da população.

Os servidores públicos, por sua vez, sofrem há décadas com a espalhafatosa fantasia de que são em número muito maior do que o necessário, quando pesquisas em âmbito mundial demonstram que a máquina pública na maioria dos países minimamente “civilizados” é bem mais robusta. Nesta edição, a matéria sobre os servidores públicos mostra a realidade dos números, com um quadro explicativo do que ocorre na maioria dos países desenvolvidos. Outro tema importante, também ligado aos servidores, é abordado na matéria sobre a LOF – Lei Orgânica do Fisco, cuja finalidade precípua é a de proporcionar independência de atuação eminentemente técnica para as chamadas carreiras típicas de Estado. A ANFIP está engajada nessa determinação de garantir que os auditores fiscais tenham o respaldo da lei para resguardá-los de investidas alheias a esses parâmetros rigorosamente técnicos.

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, por sua vez, esbanja otimismo numa entrevista onde ataca outro mostrengo: a infeliz ideia de desoneração da folha de pagamentos dos trabalhadores. Referindo-se à crise econômica surgida nos Estados Unidos e que se ramificou por todo o planeta, Lupi lembra que nunca se assustou com ela e costuma repetir que o Brasil foi o último país a sentir os efeitos da crise, e o primeiro a sair dela. Estes são apenas alguns dos inúmeros enfoques desta edição de final de ano. Feliz 2010.

E boa leitura



CARTAS

Recebimento

Certos de que, com um trabalho em parceria, mais facilmente ampliamos o universo de leitores, garantindo assim a cidadania do nosso povo, gostaríamos de acusar o recebimento de dois exemplares da Revista de Seguridade Social, e agradecer a valiosa colaboração em doa-las à Biblioteca Pública Estadual de Rio Branco/AC.

Helena Carloni Camargo

Chefe do Departamento Estadual de Bibliotecas Públicas

Sucesso

Venho através deste parabenizar a toda a Presidência, Diretoria, jornalista, colunista e funcionários da redação da Revista de Seguridade Social, pelo excelente trabalho e profissionalismo realizado em todo o território brasileiro, com informações claras, objetivas e eticamente profissionais. Parabéns em especial ao novo presidente da ANFIP, Jorge Cezar Costa, e a toda a sua equipe. Assim dizia um sábio: Quem conhece os outros é inteligente. Quem conhece a si mesmo é iluminado. Quem vence os outros é forte. "Quem vence a si mesmo é invencível". Parabenizo e desejo sucesso, e que juntos possamos enfrentar esta crise mundial, coroando com grande êxito de muita sabedoria, conhecimento, entedimento e principalmente discernimento em todos os nossos caminhos e planos futuros.

Paulo Solução

*Assessoria de Imprensa
Prefeitura de Salto/SP*

Belo trabalho

Pela presente, venho parabenizá-los pelo belo trabalho que está sendo feito no conteúdo informativo da Revista de Seguridade Social e gostaria muito de receber o exemplar, pois sou contador do município e presidente do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência do Município e esse exemplar me manterá bem informado com relação à matéria. Certo de que serei atendido, antecipadamente agradeço.

Luiz Carlos Garanhani,

Arapongas (PR)

Editorial

Estive lendo a revista da Anfip e achei muito interessantes as materias publicadas. Percebi que há um bom nivel de conhecimento. Gostaria, se possível, de receber as publicações em meu local de trabalho, no ramo de construção civil. Gosto de inteirar-me de assuntos desta natureza.

Vanderlucio Pêgo da Cruz

Comendador Gomes - MG

ENVIE SUA CARTA

Envie sua carta, com nome e endereço completos, para o seguinte email: comunicacao-social@anfip.org.br

SUMÁRIO

7



Sem fôlego

O Brasil pretende assumir metas de redução das emissões de CO₂ (dióxido de carbono) no combate à poluição atmosférica, durante a realização da Cúpula das Nações, em dezembro, na Dinamarca. Essa posição é assinalada pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, mas o mundo está longe de alcançar o equilíbrio indispensável aos que pretendem respirar em ambiente saudável.

Máquina indispensável

A participação do emprego público no Brasil é pequena, tanto se comparada com os países desenvolvidos, como também com os países latino-americanos. Portanto, não há razão para se afirmar que o Estado brasileiro seja um Estado 'inchado' por um suposto excesso de servidores públicos. Ao contrário, quanto mais desenvolvido o país, mais são necessários os serviços prestados pelo Estado.

10



16



Pelo trabalhador

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, é contra a proposta de desoneração da folha de pagamentos e de qualquer flexibilização na legislação trabalhista, que, a seu ver, reflete apenas o interesse dos empresários. Ele assevera que há muitos meios de reduzir a carga tributária com a intenção de ampliar o nível de emprego no Brasil. "Por que querem tirar logo os ganhos dos trabalhadores?", questiona, em entrevista.

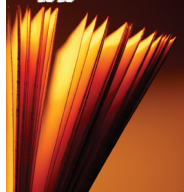
LOF, indispensável

Desde 2003 a ANFIP e demais entidades representativas dos servidores do Fisco, nos três níveis de governo, vêm discutindo um projeto de Lei Orgânica do Fisco, com a finalidade de garantir que os auditores fiscais procedam com independência, livres de pressões alheias à tecnicidade de suas atividades. Novos fatos mostram que a LOF é indispensável.

19



22



Medo de tudo

O universo do medo e das fobias é mais extenso e mais terrível do que se supõe. Uma fobia consiste basicamente num medo intenso, incontrolável e por vezes insuportável para a pessoa que padece do mal. É uma sensação desproporcional em relação aos elementos que a causam, uma vez que há indivíduos com fobias de escuridão, de lugares fechados, de lugares abertos, de água, de elevadores e de outras situações que fazem parte do dia a dia de qualquer pessoa. Mas tudo isso tem cura.

Assessoria Econômica

A execução do Orçamento da Seguridade Social (OSS) no primeiro semestre de 2009 foi, em muito, influenciada pela crise econômica surgida nos EUA e que se expandiu pelo mundo. Além da queda de arrecadação determinada pela diminuição da circulação de bens e serviços e do lucro das empresas, medidas de desoneração foram adotadas afetando diretamente as receitas da Seguridade Social.

27



36



Idéias e Debates

A Arrecadação Tributária 'Estimulada' e as Exigências de CND – este é o tema em análise na coluna Idéias e Debates. Quem se pronuncia sobre a questão é o auditor fiscal da RFB José Carlos da Silva, explicando que "a arrecadação tributária guarda naturalmente correspondência com as ações empreendidas pela Auditoria Fiscal", e que "estas ações podem ser diretas, onde o principal exemplo são as 'atuações' de valores não declarados, ou indiretas, quando do controle de diversas obrigações impostas pela legislação."



O mundo tenta **respirar**

Depois de conquistar uma grande vitória em Copenhague (Dinamarca) na área dos esportes, com a escolha do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016, o Brasil tentará ser novamente destaque naquela capital européia, desta vez com o tema meio ambiente, durante a realização da Cúpula das Nações, que ocorrerá em dezembro deste ano. Pelo menos é o que sinaliza o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, ao afirmar que o Brasil vai assumir metas de redução das emissões de CO₂ (dióxido de carbono) no combate à poluição atmosférica, prometendo uma posição de relevo durante a realização da Cúpula.

Segundo declarações de Carlos Minc, ao participar do evento Brasil e as Mudanças Climáticas, realizado no dia 25 de agosto, em São Paulo, a meta de redução está sendo discutida pelo governo, em reuniões envolvendo os Ministérios do Meio Ambiente, das Relações Exteriores e de Ciência e

Tecnologia – chamado de G-3. Por isso, entende Carlos Minc, o Brasil poderá ser um dos protagonistas da próxima reunião da cúpula da ONU sobre Mudanças Climáticas, em Copenhague.

“Teremos um número para apresentar em Copenhague e também muitas cobranças em relação aos emissores históricos”, afirmou, embora essas reduções ainda não tenham sido estabelecidas pelo governo brasileiro. “Quanto mais nosso esforço for comprovado e reconhecido, maior o nosso poder de termos protagonismo, de fazermos essa ponte entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento e de cobrarmos, inclusive, recursos e tecnologia para que os países menos desenvolvidos possam entrar no esforço global de defesa do planeta, que é só um”, afirmou Minc durante o encontro em São Paulo.

A posição otimista do ministro forma um contraste com a opinião de ex-integrantes do

governo Lula, como a antecessora de Minc no cargo, a ex-ministra Marina Silva. Segundo declarações atribuídas a ela e divulgadas pelo portal “Bemparaná”, o governo brasileiro está atrasado com relação às discussões para a cúpula de Copenhague. “O governo ainda está com uma posição bastante genérica, no meu entendimento, e precisa fazer rapidamente esse debate e assumir com transparência e participação dos diferentes setores e produzir o acordo que vai levar para Copenhague”, afirmou ao site.

Segundo Marina, “o Congresso está atrasado anos-luz em relação a esse debate. As pessoas estão discutindo como retroceder na legislação ambiental, quando, na verdade, deveríamos nos posicionar estrategicamente com a vantagem e diferencial que temos”.

COBRANÇAS JÁ ESTÃO GARANTIDAS

Se as metas ainda não estão estabelecidas, segundo critica a ex-ministra Marina Silva, as cobranças aos países desenvolvidos já fazem parte da agenda do ministro do Meio Ambiente. Em encontro ocorrido em setembro com seu colega da Dinamarca, Troel Lund Poulsen, Carlos Minc disse que o Brasil levará a Copenhague uma posição clara e espera que os países desenvolvidos avancem em suas metas de redução de emissões. Segundo o ministro brasileiro, é preciso superar o clima de desconfiança estabelecido, o que só é possível se todos colocarem suas “cartas na mesa”.

O ministro brasileiro enumerou as medidas e os resultados que o País vem alcançando, e disse que o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, que estabelece 70 por cento de redução do desmatamento, será revisado até julho de 2010 para incorporar metas para os demais biomas brasileiros. Minc disse acreditar também que o Fundo de Mudanças Climáticas, que prevê a destinação de 10% dos lucros do petróleo ao meio ambiente, será aprovado pelo Congresso, e garantiu que o Brasil levará números consistentes de redução de emissões à Convenção e pretende fazer a ponte entre o grupo de países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Segundo foi divulgado pelo MMA, os resultados a serem levados a Copenhague apontam para a maior redução de desmatamento dos últimos 20 anos. De acordo com dados recentes, a queda teria sido de 46%, se comparado o período de agosto de 2008 a julho de 2009 com o mesmo período anterior.

O número representa 4,8 milhões de toneladas de CO² a menos na atmosfera, mais do que o previsto para todos os países ricos no protocolo de Kyoto. Fechar os números, segundo esclareceu o ministro Carlos Minc, depende apenas do novo inventário de emissões, previsto para sair até o final do ano.

“Estamos fazendo nosso dever de casa, mas queremos metas mais arrojadas dos países ricos”, cobrou. Segundo ele, o Brasil apoia as metas previstas pelo IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas), que prevê reduções entre 20% e 40%, mas vai lutar para que sejam as mais próximas possíveis de 40%, consideradas as peculiaridades de cada país. Mesmo elogiando a mudança de posição do governo Barack Obama, dos EUA, em relação a seu antecessor, George Bush, Minc criticou a timidez da proposta em estudo no congresso americano.

O Ministério do Meio Ambiente divulgou ainda as afirmações de Minc, segundo as quais o Brasil quer a adoção de mecanismos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), desde que de forma limitada. Para o ministro, os países desenvolvidos têm de destinar, juntos, pelo menos R\$ 800 bilhões ao ano aos fundos em discussão em Copenhague. Ele lembrou que se trata apenas de uma pequena parte do que foi gasto para salvar o sistema financeiro internacional na atual crise mundial. “Estamos falando de salvar o planeta. Sem planeta não há sistema financeiro”, frisou. Minc acrescentou que vai reforçar o papel do G-77 e está negociando o apoio de pelo menos 20 países para o apoio às posições dos países em desenvolvimento na Convenção do Clima.

MÍDIA IMPRESSA POUCO SE IMPORTA

Apesar da importância do tema, levando-se em conta os transtornos já causados ao planeta pelas mudanças climáticas resultantes do chamado “efeito estufa” e dos danos ao meio ambiente provocados pela poluição ambiental, a mídia impressa tem dado pouca ou praticamente nenhuma importância ao debate, que marca alguma presença na internet, em blogs e em portais dedicados à questão ambiental.

Uma prova disso foi o escasso noticiário a respeito do debate realizado em Nova Iorque (EUA), em setembro, apesar da participação de mais de cem países na reunião extraordinária organizada na véspera da abertura do debate anual da Assembleia Geral da ONU.

O jornal Cruzeiro do Sul ilustra as dificuldades, ao noticiar em suas edições impressa e virtual o esforço para que países ricos e pobres se entendam sobre o tema: “Os países ricos e os emergentes tentam chegar a um acordo sobre o tema crucial do financiamento da redução das emissões de CO₂, já que estes consideram que sem ajuda financeira não podem atuar. O objetivo era obter avanços suficientes antes da cúpula de Copenhague, prevista para dezembro, na qual se tentará chegar a um acordo que deverá entrar em vigência quando expirar a primeira fase do Protocolo de Kyoto, em janeiro de 2013, para deter de maneira coercitiva o excesso de emissões de gases causadores do efeito estufa. No entanto, o encontro de Nova Iorque decepcionou a maioria. Nem o presidente chinês Hu Jintao nem seu colega Barack Obama, que estrearam no foro mundial, fizeram propostas capazes de desbloquear as negociações”.

À frente da terceira maior economia do mundo, considerado o país que mais polui no mundo – prossegue a publicação – o presidente chinês, Hu Jintao, se comprometeu a reduzir significativamente o aumento das emissões de gases poluentes de seu país daqui até 2020, mas sem indicar números precisos. Já Obama pediu aos países em desenvolvimento que tomem medidas para reduzir suas emissões, embora tenha admitido que são medidas difíceis de serem adotadas após a crise financeira. O novo primeiro-ministro do Japão, Yukio Hatoyama, que também participou do foro mundial pela primeira vez, foi um dos poucos a fazer promessas concretas. Hatoyama disse que a segunda economia mundial reduzirá em 25% suas emissões para 2020, em relação ao nível de 1990.

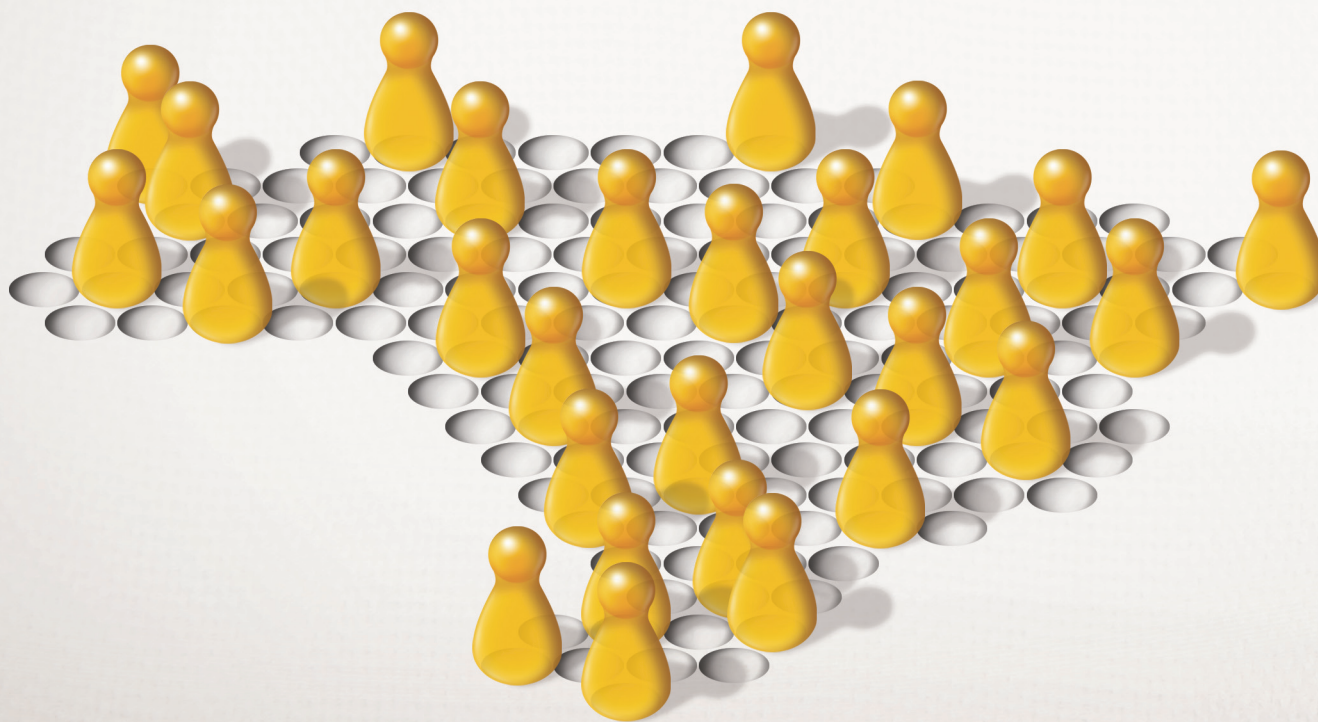
Em editorial publicado no início de outubro, sob o título A convocação dos ricos para o pós-Kyoto, o jornal Correio Braziliense destacou as dificuldades apontadas em estudo divulgado pelo Banco Mundial: a luta contra o aquecimento global exigirá atuação obstinada dos países industrializados entre 2010 e 2050. Juntos, terão que pagar entre US\$ 75 bilhões e US\$ 100 bilhões anuais às nações em desenvolvimento. Segundo o alerta do Banco Mundial, os maiores custos de adaptação se produzirão no Extremo Oriente e no Pacífico, na América Latina, no Caribe e na África Subsaariana. “O relatório foi apresentado em Bangcoc, na Tailândia, em reunião sobre mudança climática promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), ante 4 mil delegados, para discutir o documento que substituirá o Protocolo de Kyoto, que expira em

2012. Os países industrializados se comprometeram a financiar projetos nos países menos desenvolvidos para reduzir as emissões de gases do efeito estufa, causadoras do aquecimento global”.

A análise apresentada pelo jornal da capital brasileira não permite maior alento em relação ao tema. Segundo a ONU – sentencia o Correio Braziliense – há dois possíveis cenários: um para clima mais seco, ao custo de US\$ 75 bilhões; outro para clima úmido, no qual o número ascenderia a US\$ 100 bilhões, cifras consideráveis num mundo recém abalado por uma crise econômica internacional. E prossegue: “O acesso a um financiamento necessário é crítico para que os países em desenvolvimento possam enfrentar o aumento das secas, as doenças e a redução da produtividade agrícola que vai gerar a mudança climática”, assinalou o vice-presidente para Desenvolvimento Sustentável do Banco Mundial, Katherine Sierra. Ele precisou que o financiamento do sucessor do Protocolo de Kyoto igualará ao que atualmente gasta a instituição em ajudas para o desenvolvimento. O efeito adverso da mudança climática na produção de alimentos causará a fome de 25 milhões de crianças em 2050, se não forem tomadas medidas para evitá-lo, advertiu entidade internacional especializada. O estudo afirma que os moradores dos países em desenvolvimento terão acesso a 2.410 calorias diárias em 2050, 286 a menos que em 2000; na África, serão 392 menos; nos países industrializados, 250 menos. Os líderes do G-20 acordaram na semana passada, em Pittsburg (EUA), a doação de US\$ 2 bilhões para o combate à fome, enquanto a ONU anunciou uma cúpula sobre o tema em novembro.

Ao final, muitas advertências: “O estudo deixa claro que realizar as ações em favor da adaptação dos países em desenvolvimento economizará custos no futuro e reduzirá riscos inaceitáveis. Pelo posto, mais do que nunca, a moderação, adaptação e desenvolvimento são necessários para que os países pobres sejam menos vulneráveis à mudança climática e para não pôr em perigo os objetivos de desenvolvimento do milênio fixados pela ONU. Os custos são factíveis para os países ricos, a julgar pelos respectivos Produtos Internos Brutos (PIB). Só que, no papel, tudo são flores. Espera-se que, na hora do desembolso, as chaves dos cofres desses países estejam em mãos ponderadas e comprometidas com o bem-estar do planeta. Sem isso, tudo o que se discute agora se tornará uma grande utopia”.

Nada de **“inchaço”**



*O Brasil não tem excesso de servidores,
ao contrário do que dizem os inimigos do
serviço público*

É com insistência que tem sido debatido nos últimos anos o chamado “inchaço da máquina pública do Estado brasileiro”, numa visão que os números desmentem. Representantes de setores da iniciativa privada e da oposição ao atual governo dizem que o déficit público subiu em razão de um suposto número excessivo de servidores públicos nas três esferas de poder e de governo. Esquecem-se de assinalar que, durante a década de 90, adotou-se a estratégia de esvaziamento do Estado, limitando-se o número de concursos públicos para o preenchimento de vagas nos três poderes, com priorização para a terceirização - tendência revertida nos últimos anos com a realização de vários concursos.

Outra alegação dos críticos do atual governo é de que estaria havendo um “aparelhamento da máquina pública”, sem a contrapartida da melhoria dos serviços públicos prestados à população. A defesa do Estado mínimo, em que somente os serviços essenciais seriam prestados exclusivamente ao segmento mais carente da população, é o que move esses críticos. Para eles o esvaziamento do Executivo é a meta; só assim os governos seriam mais eficientes na tarefa de prestar serviços à sociedade. O resto... o resto é com o mercado.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão subordinado à Secretaria de Assuntos Estratégicos, tem um estudo que compara a quantidade de servidores públicos em atividade no Brasil com a de outros países, tanto desenvolvidos como emergentes. O trabalho apresenta um percentual de ocupação do emprego público em relação ao total do emprego no mercado de trabalho. O universo pesquisado foi a população economicamente ativa e a ocupada. O primeiro grupo inclui aqueles que estão procurando emprego.

A comparação internacional revela que a “participação do emprego público no Brasil é pequena, tanto se comparada com os países desenvolvidos, como também com os países latino-americanos. Portanto, não há razão para se afirmar que o Estado brasileiro seja um Estado ‘inchado’ por um suposto excesso de servidores públicos”. Ao contrário, quanto mais desenvolvido o país, mais são necessários os serviços prestados pelo Estado.

O coordenador da equipe que desenvolveu o estudo, Eneuton Pessoa, destaca que “é preciso desideologizar” a questão. A União não tem servidores de mais. O estudo mostra que 50% da ocupação dos

empregos públicos estão nos municípios, 35% nos estados e no Distrito Federal, e apenas 15% no Governo Federal. Neste último, as categorias que mais cresceram foram os militares e os professores universitários.

- O Brasil precisa é de mais servidor público, principalmente em educação, saúde e segurança pública. No resto do mundo é assim: o serviço público cresce na área social, que inclui esses setores. O Estado brasileiro não deve apenas aumentar a quantidade de servidores, mas também a qualidade, para atender a população mais carente, ou seja, na atividade fim. O grande desafio para as três esferas de governo é de gestão, para oferecer um serviço eficiente e eficaz, sem desperdício - destaca Pessoa.

No estudo feito por Eneuton Pessoa e equipe, o Brasil foi comparado a outros países (desenvolvidos e emergentes), e ficou demonstrado que o Brasil possui um percentual menor de emprego público em relação às ocupações na iniciativa privada. Como mostra a Tabela I, excetuando Coréia, Japão e Suíça, em todos os demais países o peso dos empregos oferecidos na esfera do Estado é maior do que no Brasil (10,7%). O interessante é que, pelo levantamento, nos Estados Unidos - onde impera a deificação do mercado - o percentual do emprego público em relação às demais ocupações da iniciativa privada em todos os setores da economia é de 14,8%; portanto, um índice maior do que o do Brasil. Entre os países da América Latina, como mostra a Tabela II, com dados coletados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), em 2006, o país fica em oitavo lugar. A pesquisa para o estudo do IPEA tomou como base os servidores da administração direta em todas as esferas de governo, além das ocupações da administração indireta - autarquias, fundações e demais órgãos autônomos do setor público -, e dos empregados de empresas estatais, tanto públicas como as de economia mista.

A maior proporção do emprego público nos países desenvolvidos, em relação ao Brasil, se deve a políticas públicas adotadas no pós-guerra, que instituíram o Estado de Bem-Estar Social. Essa iniciativa resultou na expansão do peso do emprego público nos mercados de trabalho desses países, principalmente os escandinavos. A consequência dessas políticas, que implantaram programas sociais universalistas, é uma ampla oferta de serviços para a população. Para serem executados, esses serviços exigem mão de obra empregada no setor público ou em atividades a ele relacionadas. Esta é a principal razão para a disparidade entre esses países ricos e pobres.

Tabela I
Emprego público em relação ao total dos empregos ocupados (em %)
Anos 1995 e 2005

PAÍSES	1995	2005
Dinamarca	39,3	39,2
Suécia	33,5	30,9
França*	24,6	24,9 (2000)
Finlândia	25,7	23,4
Canadá	19,9	16,3
Bélgica	19,3	19,5
Holanda	15,5	14,6
Espanha	15,4	14,3
Alemanha*	15,5	14,7 (2000)
Austrália	15,2	14,4
Estados Unidos	14,9	14,8
Brasil	11,3	10,7
Turquia	10,1	10,7
Suíça	8,3	8,4
Japão	7,0	6,3
Coréia do Sul	6,6	6,3

Fonte: OCDE e PNADs, no caso brasileiro. *Na França e na Alemanha os dados vão até 2000

O trabalho mostra ainda a trajetória do emprego público no Brasil, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Esse levantamento destaca que, entre 1995 e 2002, o crescimento médio anual do emprego público no Brasil foi de apenas 1,55%, comparado à oferta de emprego na iniciativa privada. De 2003 a 2007, esse percentual subiu para 3,63%, usando-se a mesma metodologia. O estudo mostra que a recente expansão do emprego público nesse período “apenas acompanhou o dinamismo da economia e seus efeitos positivos sobre o mercado de trabalho brasileiro”.

A base de dados se refere ao emprego público nas três esferas de governo, sendo que os municípios foram os maiores empregadores, uma tendência que vem crescendo ao longo de várias décadas,

Tabela II
Emprego público em relação ao total de ocupados (em %) na América
Latina - Anos 2000, 2002, 2004 e 2006

PAÍSES	2000	2002	2004	2006	ORDEM EM 2006
Panamá	21,1	20,4	19,6	17,8	1
Costa Rica	18,7	17,3	17,0	17,2	2
Venezuela	14,6	13,8	15,4	16,6	3
Uruguai	17,2	17,3	17,0	16,3	4
Argentina (1)	15,9	21,7	19,3	16,2	5
Paraguai (2)	12,7	11,5	11,4	13,4	6
República Dominicana	13,8	13,8	11,9	13,2	7
Brasil	12,7	12,6	12,5	12,5	8
Honduras	9,7	9,7	9,6	10,6	9
Chile	13,1	n.d.	11,4	10,5	10
Equador	11,0	11,5	10,6	9,7	11
Colômbia	8,7	7,6	7,6	7,5	12
Peru	11,0	12,0	10,7	n.d.	13
El Salvador	12,3	11,2	10,6	n.d.	14
Bolívia	10,7	10,4	8,7	n.d.	15
México	13,6	13,2	n.d.	n.d.	

Fonte: CEPAL. Dados de emprego público tomados pelo seu sentido mais amplo, ou seja, inclui a administração direta, a administração indireta e as empresas estatais.

(1) somente urbano; (2) somente Assunción.

No Chile, dados de 2000, 2003 e 2006; no Brasil, 2001, 2003, 2004 e 2006; na Colômbia, 1999, 2002, 2004 e 2005; El Salvador, 2001, 2002 e 2004; Honduras, 1999, 2002, 2003 e 2006; Panamá, 1999, 2002, 2004 e 2006; Paraguai, 1999, 2001, 2004 e 2005; no Peru, 1999, 2001 e 2003.

principalmente a partir de 1988, com a promulgação da Constituição, que descentralizou o Poder Executivo federal e transferiu para a esfera municipal muitas atribuições que antes eram dos estados e da União.

O estudo do Ipea concluiu que não há “inchamento” do setor público do Estado no Brasil, tanto em termos do tamanho da população, como em relação ao mercado de trabalho na iniciativa privada. Pelo contrário, ainda há espaço para o aumento do emprego público. Esse aumento poderá ser direcionado para a criação de “ocupações emergenciais, especialmente em áreas mais afetadas pelo desemprego, o que poderia ser um instrumento anticíclico, enquanto durarem os

efeitos da crise econômica mundial”.

Mas não é só nesse universo do setor público que a valorização do serviço público pode beneficiar a população brasileira. Também existe uma preocupação com as carreiras de Estado, que dizem respeito a um conjunto de atividades essenciais ao funcionamento da máquina pública, que não encontram correspondência na iniciativa privada.

O Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), uma associação civil, integrada exclusivamente por entidades nacionais associativas e sindicais, defende essa posição. O Fonacate considera que essas carreiras desenvolvem atividades essenciais e exclusivas de Estado nos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Advocacia Pública no âmbito do serviço público federal, estadual, distrital e municipal. São carreiras das áreas de Fiscalização, Arrecadação Tributária, Previdenciária e do Trabalho, Finanças e Controle, Segurança Pública, Diplomacia, Defesa Administrativo-Judicial do Estado, Defensoria Pública, Magistratura e Ministério Público.

O presidente do Fonacate, José Carlos Cosenzo, lembra que esse tipo de serviço público não tem correspondência no setor privado e diz respeito a atividades que requerem maior capacitação e concentração na Administração Pública, como gestão, auditoria e jurídica. De acordo com Cosenzo, antes de apontar que a máquina está “inchada”, é preciso buscar soluções para melhorar sua estrutura.

- É possível que em determinadas funções tenhamos pessoas em excesso, mas é absolutamente veraz afirmar que vários setores estão com seus quadros defasados. Basta ver que há um enorme buraco no quadro de delegados de polícia, magistrados, Ministério Público, auditores fiscais, etc. Portanto, não nos é dado o direito de dizer que temos muitos ou poucos servidores, mas sim se os temos na medida exata para prestarmos os relevantes serviços à sociedade brasileira, nossa destinatária - explica.

O secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Josemilton da Costa, acredita que o número de servidores públicos é insuficiente para o atendimento adequado da população brasileira. A entidade

representa cerca de 80% dos servidores federais.

- Apesar da realização de concursos públicos, retomada principalmente a partir de 2003, a reposição da mão de obra no setor é insuficiente. O Brasil é um dos países que têm o menor número de servidores por habitante. Proporcionalmente, o país conta com apenas um servidor para atender cerca de cem usuários de serviço público. A Condsef defende a abertura imediata de novos concursos, para que a mão de obra especializada seja reposta e garanta assim o atendimento público de qualidade pelo qual a população paga através de uma das maiores cargas tributárias cobradas no mundo - afirma.

Josemilton da Costa declara, ainda, que sua entidade vem lutando pela substituição dos funcionários terceirizados da administração pública por servidores de carreira, exigência, inclusive, feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Além desse aspecto, ele lembra que, atualmente, o Poder Executivo federal tem mais aposentados e pensionistas que servidores ativos, situação que se agrava com o grande número de servidores ativos hoje em condições para se aposentar ou perto de obter o direito à aposentadoria.

O sindicalista sublinha que a reforma administrativa realizada pelo governo passado tirou direitos e fragilizou o Regime Jurídico Único. Como resultado dessa política, os serviços públicos sofreram impacto negativo, prejudicando tanto os servidores como toda a população que depende desses serviços e paga impostos altos por eles.

O representante da Condsef ressalta que as reformas promovidas na década de 90 acabaram, por exemplo, com os anuênios - medida que causou perdas de aproximadamente 20% dos salários - além de decretarem o fim da licença-prêmio e a quebra da paridade, “um direito garantido aos servidores públicos e que está na Constituição”, lembra. Para o sindicalista, a exclusão desses direitos não só prejudicou os servidores, mas também toda a administração pública federal.

Com o objetivo de lutar pela recuperação desses direitos, foram várias as entidades, inclusive a ANFIP, que vêm atuando no Congresso Nacional em defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 210/2007, que restabelece o adicional por tempo de serviço como componente

A ANFIP defende o servidor e o serviço público de qualidade

da remuneração das carreiras da magistratura e do Ministério Público. Foi apresentada uma emenda à PEC, estendendo esse direito a todos os servidores, das esferas federal, estadual e municipal. As entidades defendem também a aprovação da PEC 270/2008, que garante ao servidor que se aposentou por invalidez permanente o direito aos proventos integrais com paridade.

Segundo o presidente da ANFIP, Jorge Cezar Costa, além das várias propostas pelas quais a Entidade vem lutando (leia box), é de suma importância, por questão de justiça, concentrar-se também na aprovação da PEC 555, que extingue a contribuição previdenciária para aposentados e pensionistas.

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) fez um levantamento das principais propostas de emenda à Constituição e projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, que dizem respeito aos direitos dos servidores. Há matérias que visam a resgatar direitos suprimidos nas últimas décadas; outras, aprofundam o cerco ao funcionalismo. A maioria das proposições está com sua tramitação parada na Câmara ou no Senado. A apuração do Diap é utilizada pelas entidades que defendem os interesses da categoria em suas campanhas de luta, como também na atuação de convencimento dos sindicalistas junto aos parlamentares. Veja a seguir as principais propostas:

PROPOSTAS QUE RESTABELECEM DIREITOS

- PEC 441/2005 - restaura a paridade das pensões, retirada em uma das reformas da Previdência.
- PEC 270/2008 - restaura a aposentadoria integral para os servidores que se aposentaram por invalidez.
- PEC 555/2006 - estabelece o fim da contribuição dos inativos para a Previdência, tal como existia antes da reforma.
- PEC 129/2003 - estabelece a negociação coletiva no serviço público.

PROPOSTAS QUE RETIRAM DIREITOS

- Projeto de lei complementar 1/2007 - limita o aumento da despesa com pessoal, no período de 2007 a 2016 e estabelece a reposição da inflação mais 1,5% ao ano. Atualmente a União pode gastar até 50% de sua receita líquida corrente com os salários dos servidores.
- Projeto de lei complementar que institui a previdência complementar para os servidores.
- Projeto de lei ordinária que institui as fundações de direito públicas e privadas na gestão de vários órgãos e autarquias do Poder Executivo.
- Projeto de lei ordinária que regulamenta o direito de greve dos servidores.
- Projeto de lei ordinária que estabelece regras para a demissão por insuficiência de desempenho do servidor.



ANFIP NA LINHA DE FRENTE

Tanto em mensagens institucionais divulgadas ano a ano por ocasião das comemorações de 28 de outubro (Dia do Servidor Público), como em ações concretas no dia a dia da entidade, a ANFIP tem se colocado na linha de frente em defesa do servidor e do serviço público de qualidade. Essa marca é inquestionável e pode ser comprovada pelos fatos: a atuação marcante da ANFIP na sugestão de emendas para matérias a serem votadas no Congresso, o acompanhamento permanente dessas votações, as mobilizações que são realizadas cada vez que se coloca em risco um direito legitimamente conquistado pela categoria ou quando há necessidade de se lutar pela manutenção de prerrogativas que jamais deveriam ser questionadas por qualquer governo.

A ANFIP marcou posição contra a cobrança da contribuição previdenciária dos aposentados e dos pensionistas e apóia de forma consistente a aprovação da PEC 555/2006, que estabelece o fim dessa contribuição, e da PEC 270/2008, que restaura a aposentadoria integral para os servidores que se aposentarem por invalidez. Da mesma forma, a Entidade sempre adotou uma posição clara em favor da paridade entre inativos e ativos e tem atuado com firmeza na questão do projeto de previdência complementar para o servidor, cujas emendas foram acatadas em sua maioria, sempre com o objetivo de pelo menos amenizar os prejuízos que as propostas causariam ao servidor nessa modalidade que o governo vem procurando impor na história recente. A razão dessa luta são os sucessivos cortes de direitos que vêm sendo promovidos nos últimos governos, contra os quais a ANFIP sempre se posicionou de forma resoluta.

Mesmo no quesito “informação” a entidade não tem sossegado. Publicações em parceria com a Fundação ANFIP de Estudos da

Seguridade Social têm apresentado um balanço dessa realidade, além da realização de eventos direcionados a mostrar detalhadamente as implicações das novas políticas adotadas. Ainda recentemente, a Fundação ANFIP fez parceria com a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) para promover o 2º Prêmio de Monografias, em âmbito nacional. É mais uma forma de ampliar o debate a respeito de uma mudança profunda que está sendo promovida na aposentadoria dos servidores públicos.

Essa trajetória em defesa do serviço público pode ser facilmente verificada por ocasião dos debates no Congresso Nacional ou em outros fóruns, onde a ANFIP sempre marca presença como interlocutora de peso. No que se refere ao Regime Geral de Previdência Social, a entidade sempre lutou contra a privatização do setor, tendo assumido um papel de absoluto destaque na comprovação da inexistência do déficit previdenciário, inclusive com superávit no sistema de Seguridade Social, o que vem forçando o governo a adotar novo discurso em relação a mais um serviço essencial prestado à população pela máquina estatal. Os estudos divulgados insistentemente pela ANFIP, comprovando que o sistema de Seguridade Social é superavitário, tiveram um papel crucial para promover o debate do tema sob um novo ângulo, desmistificando assim visões distorcidas que boa parte da Imprensa procurava propagar para enfraquecer o sistema previdenciário público e universal.

Estes são apenas alguns dos vários exemplos de luta empreendidos pela ANFIP ao longo das últimas cinco décadas, consolidando cada vez mais a posição da entidade não apenas em defesa do serviço público como também do trabalhador na esfera privada, bem como da modernização da Administração Tributária para promover a justiça fiscal.

| ENTREVISTA

CARLOS LUPI

MINISTRO DO TRABALHO E EMPREGO

Um “otimista de plantão”

Contrário à proposta de desoneração da folha de pagamentos e de qualquer flexibilização na legislação trabalhista, que, a seu ver, reflete apenas o interesse dos empresários, o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, diz que há muitos meios de reduzir a carga tributária com a intenção de ampliar o nível de emprego no Brasil. “Por que querem tirar logo os ganhos dos trabalhadores?”, questiona.

Carlos Roberto Lupi tem Licenciatura Plena em Administração, Economia e Contabilidade. Seu primeiro contato com a administração pública ocorreu em 1983, quando assumiu a coordenação das Regiões Administrativas da Cidade do Rio de Janeiro, no governo do então prefeito Marcelo Allencar. Foi eleito deputado federal em 1990 pelo PDT – único partido ao qual se filiou. Histórico defensor da educação em tempo integral, fez parte da comissão que elaborou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Vice-presidente Nacional do PDT, Lupi assumiu a presidência da legenda com a morte de seu líder Leonel Brizola, em 2004. No ano seguinte, foi reconduzido à presidência do partido durante convenção. Atualmente, está licenciado da função por ocupar o Ministério do Trabalho e Emprego.

Nesta entrevista exclusiva à Revista de Seguridade Social, Carlos Lupi se diz um “otimista de plantão”, razão pela qual nunca se assustou com a crise econômica nos Estados Unidos, que afetou vários países. “O Brasil foi o último país a sentir os efeitos da crise e o primeiro a sair dela”, sintetiza.

Leia, a seguir, a íntegra da entrevista.

Apesar da crise econômica internacional, o Sr. sempre mostrou-se otimista em relação à questão do emprego no Brasil, ao frisar que essa crise ia atingir muito pouco o nosso país. O que o levava a fazer tal afirmação e qual a panorâmica do emprego agora que a economia dá sinais de recuperação?

Sou um otimista de plantão. Não sou economista, mas faço meus estudos diários com base nos dados coletados pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Esses dados não são estatísticos, não são baseados em economias de outros países. São dados absolutos enviados por todas as empresas do Brasil. Quando estourou a crise nos Estados Unidos, esses dados coletados pelo MTE mostravam um mercado interno forte, estável, com renda média crescente;

nos mostravam também todos os setores econômicos produzindo a todo vapor, o país trabalhando como nunca, com reajuste do salário mínimo com mais de 60% acima da inflação nos últimos 7 anos. O panorama para os próximos meses é muito positivo: desde junho o emprego voltou a crescer fortemente e chegaremos ao fim de 2009 com mais de um milhão de novos empregos gerados em 2009. E em 2010 teremos o melhor ano do governo Lula, pois bateremos o recorde de geração de empregos em um só ano, superando os quase dois milhões de novos empregos registrados em 2007.

Qual a sua avaliação sobre as medidas anticrise implementadas pelo governo? Os resultados esperados foram alcançados? O Sr. acrescentaria outras medidas com vistas a minimizar os efeitos da crise internacional?

Tanto funcionaram que o Brasil foi o último país a sentir os efeitos da crise e o primeiro a sair dela. Entre os 20 países mais ricos do mundo, o Brasil foi o que menos perdeu tempo, dinheiro e empregos com a crise. Já nos recuperamos, a economia está acelerando rapidamente e a boa consequência disso é que já voltamos a patamares registrados no ano passado, antes da crise. As medidas adotadas pelo governo, entre elas a liberação de R\$ 600 milhões em recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em linhas de crédito para o setor produtivo do país e a redução do IPI para a indústria automotiva, funcionaram como incentivo ao consumo interno, que não diminuiu e seguiu a economia do país no primeiro semestre. As medidas do governo e o poder de compra do brasileiro sustentaram o país durante a crise.

A questão da desoneração da folha de pagamentos continua muito polêmica, porque, ao contrário do que se apregoa, aparentemente ela não produz os reflexos positivos sobre a geração de empregos. Qual a sua opinião a respeito?

Eu não defendo proposta alguma que mexa com os direitos dos trabalhadores, como a proposta de desoneração da folha de pagamento. Há muitos meios de reduzir a carga tributária com a intenção de ampliar a empregabilidade: podemos discutir ICMS, Imposto de Renda e isenções para setores estratégicos

de concorrência internacional. Por que querem tirar logo os ganhos dos trabalhadores?

Alguns países, principalmente na América Latina, tendem a flexibilizar sua legislação trabalhista, com o objetivo de supostamente aumentar os níveis de emprego. No Brasil há vários projetos em andamento tramitando no Congresso sobre o tema. Existe algum consenso no governo sobre esses projetos? Qual a sua avaliação sobre as matérias apresentadas, algumas delas bastante polêmicas?

A flexibilização dos direitos trabalhistas, como vem sendo apresentada, defende apenas o ponto de vista dos empresários, que querem se livrar da responsabilidade que têm com seus trabalhadores.

Mas os trabalhadores do Brasil inteiro lutaram por muitos anos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), uma conquista que ainda hoje nos protege

do capitalismo devorador de mão-de-obra. Devemos lutar para ampliar e aperfeiçoar os direitos dos trabalhadores, em causas como a redução da jornada semanal de trabalho para 40 horas – hoje são 44 horas – e a criação de Planos de Cargos e Salários para todo o serviço público. Hoje o Brasil é um dos países com a legislação trabalhista mais avançada do mundo, e devemos nos orgulhar disso, e não tentar derrubar.

Segundo alguns especialistas, uma das formas de aumentar o nível de emprego seria promover a diminuição da jornada de trabalho, criando demanda para novos postos de trabalho. As centrais, por sua vez, sempre lutaram pela redução da jornada, porém sem a redução de salários. Qual a posição do Ministério a respeito desse tema?

Não temos que fazer dessa discussão de redução de jornada semanal de trabalho como se houvesse uma luta entre empresários e empregados. Não podemos discutir sob o prisma de que isso significa falência, prejuízo e demissão. Quando começou o debate para reduzir de 48 para 44 horas, também anunciaram que seria o fim da produção, e não foi. A participação da massa salarial no custo médio do produto, no Brasil, é de 22%, incluindo encargos, e a redução da jornada terá impacto de 1,99% nesse custo, que passaria para 23,99%. Ou seja, com menos de 25% do custo do produto o empresário pagará seus funcionários. Os outros mais de 75% do custo dos produtos têm outros destinos, a maior parte impostos. Atualmente, 40% dos países do mundo adotam média de 40 horas semanais ou menos, e nem por isso diminuíram sua produção. Hoje, no Brasil, já se pratica 40 horas semanais em vários setores da economia, e nessas empresas onde os trabalhadores operam, por exemplo, de segunda a sexta, 8 horas por dia, a produtividade cresceu, porque as pessoas têm tempo para a família, para o descanso, para o lazer, e assim vamos melhorar a qualidade do trabalho e gerar mais empregos.





Independência para **fiscalizar**

Independência para agir tecnicamente. Esta parece ser a expressão que mais sintetiza antigo pleito das carreiras do fisco no sentido de estabelecer uma lei orgânica que garanta aos técnicos exercerem suas atividades com lisura e sem as amarras de qualquer ingerência alheia a esses parâmetros rigorosamente técnicos.

A LOF – Lei Orgânica do Fisco – vem sendo discutida em vários momentos e, inevitavelmente, volta a ser mencionada ainda com mais vigor e insistência quando há algo que movimenta a categoria dos auditores fiscais, como no recente episódio de demissão da secretária Lina Vieira da chefia da Receita Federal do Brasil.

ANFIP ATUANTE

Breve retrospectiva revela que, desde 2003, a ANFIP e demais entidades representativas dos servidores do Fisco, nos três níveis de governo, vêm discutindo o assunto e chegaram a elaborar uma minuta de Lei Orgânica estabelecendo garantias de modo a deixar claras as prerrogativas dos auditores fiscais como atividade típica de Estado, mesmo antes do Inciso XXII do art. 37 da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional nº 42/2003, que definiu a atividade de administração tributária como carreira de Estado – emenda que por sinal foi elaborada a partir de uma proposta da ANFIP.

No dia 27 de fevereiro de 2008, após intensos trabalhos direcionados à elaboração de uma proposta inicial, a ANFIP se reuniu com o advogado Paulo Brinckmann para tratar das adequações do anteprojeto elaborado pela entidade. As análises do texto apresentado pela ANFIP foram feitas a partir das propostas sugeridas pelo parecer jurídico do professor Juarez Freitas, especialista em direito administrativo e constitucional, e das sugestões de alterações apresentadas pelos dois grupos de trabalho da ANFIP formados para tratar do assunto. Após essa reunião, Brinckmann deu o encaminhamento à redação técnica legislativa final, que foi disponibilizada aos associados, para conhecimento e debate da categoria.

Outro extenso debate sobre a LOF ocorreu no dia 5 de agosto deste ano, durante o seminário "Autonomia Técnica da Receita Federal do Brasil e a necessidade urgente da Lei Orgânica do Fisco", promovido pelo Unafisco Sindical e pela Fenafisp. O presidente da ANFIP, Jorge Cezar Costa, que compôs a mesa de abertura, salientou em pronunciamento no seminário que a Receita Federal do Brasil precisa ser um órgão independente e que a discussão sobre a Lei Orgânica do Fisco (LOF)

é retomada num momento de turbulência, decorrente da exoneração da ex-secretária Lina Maria Vieira. "Essa é uma oportunidade de mostrar aos gestores e àqueles que decidem o futuro da Receita Federal do Brasil que as entidades estão acompanhando e preocupadas com a escolha de quem vai gerir o futuro do órgão", enfatizou na ocasião.

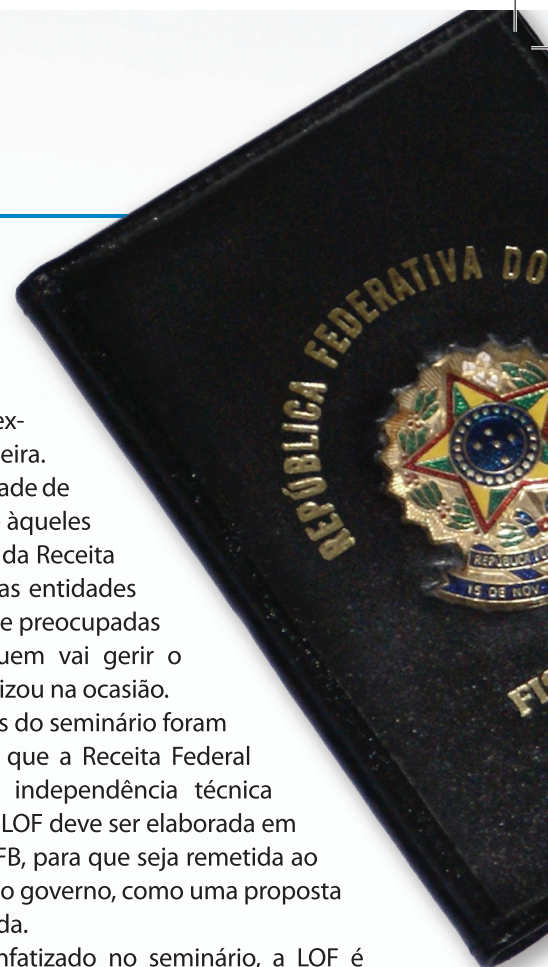
Os participantes do seminário foram unânimes em afirmar que a Receita Federal do Brasil precisa ter independência técnica para trabalhar e que a LOF deve ser elaborada em consenso dentro da RFB, para que seja remetida ao Legislativo, por meio do governo, como uma proposta institucional formalizada.

Segundo foi enfatizado no seminário, a LOF é a ferramenta apropriada para garantir a condição da RFB como órgão de Estado e não de Governo – forte o suficiente para resistir a quaisquer tentativas, políticas ou econômicas, de ingerência na justa aplicação da legislação tributária.

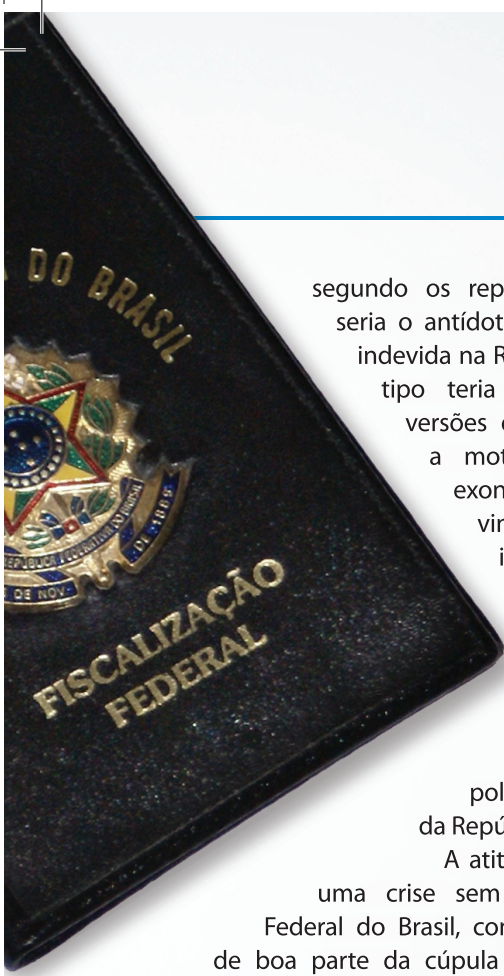
"É por meio da LOF que será possível normatizar de maneira eficiente, justa e clara a independência da RFB", ressaltou a ANFIP. Com a Lei Orgânica, haverá a garantia da realização do trabalho baseado unicamente na proficiência técnica que o contribuinte tanto deseja em nome do fortalecimento do próprio Estado. A norma também consagrará que o comando da RFB esteja sempre sob a tutela de um auditor-fiscal.

CRISES REFORÇAM A NECESSIDADE DA LEI

Muito ao contrário de abrir a discussão, a demissão de Lina Vieira da chefia da Receita Federal do Brasil, supostamente após pressões surgidas no interior do próprio governo, foi apenas mais um fato que reforçou a importância da luta defendida pela ANFIP em favor da LOF. A Lei Orgânica do Fisco,



JORGE CEZAR COSTA,
PRESIDENTE DA ANFIP



segundo os representantes da categoria, seria o antídoto para impedir ingerência indevida na Receita - interferência desse tipo teria sido, segundo algumas versões divulgadas pela Imprensa, a motivação principal para a exoneração da secretária, que vinha tendo uma conduta independente na chefia da fiscalização tributária do país, principalmente em relação às grandes empresas, e que não teria levado adiante pleitos políticos de figuras poderosas da República.

A atitude do governo provocou uma crise sem precedentes na Receita Federal do Brasil, com pedidos de exoneração de boa parte da cúpula do órgão, em repúdio à interferência política na instituição. Saíram de cargos de confiança o subsecretário de Fiscalização e metade dos superintendentes regionais, coordenadores gerais e um superintendente-adjunto. A atitude gerou um efeito-cascata com solicitações de exoneração em todos os setores da Receita.


Na carta de demissão coletiva, os servidores - todos concursados - exigiram que fosse mantida e aprofundada a política de fiscalização que vinha sendo implantada pela instituição, com foco nos grandes contribuintes. Para o presidente do Sindifisco Nacional, Pedro Delarue, "a Receita tem sofrido com pressões de grupos políticos e econômicos e essa vulnerabilidade histórica tem provocado "ranhuras" na estrutura do órgão e, conseqüentemente, está fragilizando todo o trabalho desenvolvido com lisura e tecnicidade pelos auditores fiscais". O objetivo é de que a LOF inclua um dispositivo prevendo que o nome do secretário passe a ser escolhido em lista tríplice. Pela proposta, ainda, o mandato do secretário deverá ser exercido por um período fixo.

CONSENSO ENTRE ENTIDADES

A chamada LOF, por imposição constitucional, tem que ser proposta pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional. Mas é bom que, antes disso, haja

um consenso entre o Executivo e as entidades que representam a categoria, como o Sindifisco Nacional e a ANFIP, reforça Delarue. No substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição que trata da Reforma Tributária, elaborado pelo deputado Sandro Mabel (PR-GO), há previsão de que uma Lei complementar tratará dessa norma que alcançará todos os níveis da administração fazendária.

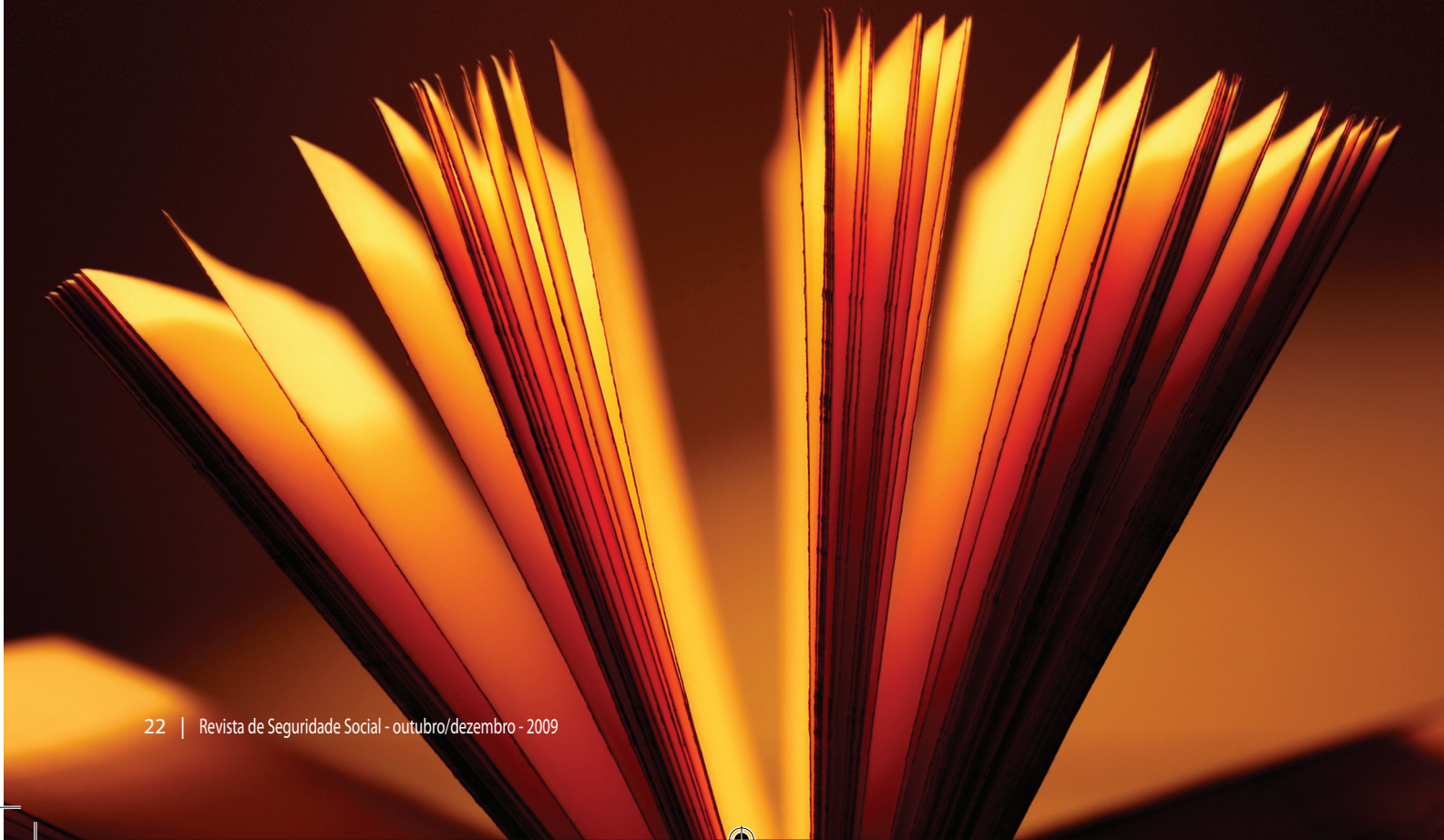
Mas as entidades que representam os fiscais da RFB não vão esperar até que a reforma tributária seja aprovada. Vão pressionar para que um projeto de lei seja encaminhado logo ao Congresso. A elaboração de cartilhas e a mobilização cada vez maior da categoria para discutir o assunto estão entre as investidas que devem reforçar a luta pela aprovação da matéria.



LINA MARIA VIEIRA,
EX-SECRETÁRIA DA RFB

Não tenha medo de ler

Gerson Menezes,
Editor



Fazia muito calor e o sujeito resolveu tomar um banho, mas interrompeu sua caminhada até o chuveiro, pois padecia de ablutofobia. Também resolveu não retornar ao quarto, devido ao adiantado das horas, pois sua achluofobia o obrigava a buscar os lugares mais iluminados do apartamento. Morava no primeiro andar, devido à acrofobia, e escolhera um bairro bem sossegado, devido à sua acusticofobia e também ao alto grau de aeroacrofobia que o atormentava há muitos anos. Era um homem solitário e às vezes pensava em adotar um animal doméstico, mas a cinofobia e a ailurofobia o impediam. Mas mantinha tudo aquilo em segredo, devido à sua allodoxafobia.

Pode parecer engraçado, mas o universo do medo e das fobias é mais extenso e mais terrível do que se supõe. O primeiro parágrafo cita algumas fobias cujos termos começam com a letra “a”, e somente um tipo de fobia de uma extensa lista com a letra “c”, mas o fato é que, de A a Z, o ser humano padece de medos inimagináveis. Os citados são, pela ordem: medo de tomar banho, de escuridão, de altura, de barulho, de lugar aberto e alto, de cães, de gatos e, finalmente, medo de opiniões. Mas quem diria que, passando pelas outras letras do alfabeto, há pessoas que têm medo de plantas (batonofobia), de árvores (dendrofobia), de alfinete (enetofobia), de tornar-se careca (falacrofobia), de sentir prazer (hedonofobia) e até de amar (sarmassofobia ou malaxofobia)... E por essa ninguém esperava: há os que têm medo de mulher bonita (caliginefobia). E se você tiver medo de rir de tudo isso, é porque padece de geliofobia.

Os livros (desde que você não tenha medo deles: bibliofobia) podem lhe mostrar que há centenas de verbetes para dar nome a todos os inimagináveis medos de que padece o ser humano. Não há praticamente nenhuma letra que fique de fora dessa extensa lista. O que parece cômico, no entanto, é muito trágico, na realidade.

A psicóloga e Master Practitioner em Programação Neurolingüística, Nelly Beatriz M. P. Penteado, explica que uma fobia consiste basicamente num medo intenso, incontrolável e por vezes insuportável para a pessoa que padece do mal. Trata-se – explica – de um medo desproporcional em relação aos elementos que o causam, uma vez que

há indivíduos com fobias de escuridão, de lugares fechados, de lugares abertos, de água, de elevadores e de outras situações que fazem parte do dia a dia de qualquer pessoa.

“Uma reação fóbica – explica – ocorre de forma instantânea, automática, diante de um estímulo externo (o elemento causador da fobia). O indivíduo poderá experimentar taquicardia (coração batendo acelerado), falta de ar, transpiração excessiva (“suor frio”), tremores, tensão, tonturas, secura na boca e na garganta, arrepios, urgência para urinar, formigamento dos membros e sensação de fadiga. Estas são algumas das reações físicas comuns nessas situações. Há ainda as reações comportamentais: sair correndo, se esconder ou, ainda, entrar em desespero.

Ela observa ainda que esse medo exagerado não pode ser explicado pela pessoa que o sente, e que, conscientemente, não entende por que o sente e talvez até o considere ilógico. “Isto porque o medo está associado a experiências traumáticas passadas (ou, às vezes, a experiências traumáticas projetadas no futuro) que estão fora da consciência do indivíduo”.

A professora apresenta uma analogia para auxiliar na compreensão do aspecto aparentemente ilógico de uma fobia: imagine-se um homem forte, corajoso, um campeão de boxe, por exemplo, que se vê totalmente aniquilado quando entra num elevador. Para um mero espectador, a cena seria incompreensível: como um homem tão forte pode ter medo de algo tão inofensivo?

Contudo, trata-se de uma reação intensa aprendida no passado, talvez na infância, quando o homem associou o medo ao elevador, ou por ter passado por uma experiência traumática envolvendo elevadores, ou mesmo por tê-la apenas imaginado.

Nelly Beatriz observa ainda que as fobias muitas vezes se formam na infância, por se tratar de um período em que há poucos recursos, poucas vivências em relação à experiência traumática. A fobia também pode ter início em outros momentos da vida, nos quais o indivíduo está temporariamente sem recursos, fragilizado, experimentando uma emoção muito forte (como, por exemplo, por ocasião de um assalto, da perda de alguém muito próximo ou outras situações semelhantes).

Apesar de todos os transtornos causados pelas fobias, é pertinente lembrar que os “medos” também

têm uma função protetora, pois deles surge a cautela, da qual deriva muitas vezes a preservação da própria vida. Há um ponto a partir do qual, no entanto, o medo começa a atrapalhar e mesmo a limitar as atividades do ser humano, prejudicando o desempenho da pessoa. É um sinal – previne a psicóloga Elvira Gross, especialista em tratamentos de fobias – de que o medo se tornou patológico.

“Consideramos fobia um medo excessivo e persistente relacionado a algo que não representa um perigo real”, explica. Embora muita gente não saiba, a população de fóbicos é muito grande: estima-se que uma em cada nove pessoas adultas.

“Mas para quem tem fobia de elevador, por exemplo, é irrelevante saber que eles não despencam e não matam pessoas a toda hora. E se o medo é de avião, não basta conhecer as estatísticas que confirmam ser muitíssimo pequeno o volume de acidentes aéreos para o número diário de voos no mundo inteiro, porque o medo não é racional e sim emocional”.

Elvira Gross ensina ainda que as fobias surgem de medos aprendidos, direta ou indiretamente, seja por imitação ou por conselhos que impressionam e amedrontam. Elas se desenvolvem de forma gradativa e continuada. Em períodos de estresse, fica-se ainda mais suscetível ao aprendizado do medo. A ansiedade é uma resposta condicionada aos estímulos para os quais se aprendeu a temer.

“As pessoas que sofrem de uma fobia específica levam uma vida normal quando não estão em contato com a situação fóbica. Contudo, basta imaginarem ou anteciparem o confronto com o que lhes apavora, que os sintomas aparecem. Só de saber da possibilidade de uma viagem de avião, o fóbico passa a sofrer na mesma hora”, exemplifica a psicóloga.

As fobias em geral trazem consigo a ansiedade e o comportamento de esquiva (evitação), pois os fóbicos procuram lugares “seguros”, onde não tenham que se confrontar com a causa de seu medo exacerbado. “Assim, além de provocar constrangimentos, a fobia acaba prejudicando a vida social e profissional porque, diante do estímulo que apavora, o paciente apresenta

um sofrimento intenso que pode desencadear sintomas físicos, comportamentais e cognitivos muito ruins”, relata Elvira.

Embora as diferenças sejam tênues, Adriana Lima, que escreve artigos para a revista eletrônica Cult, faz a distinção:

Medo: Trata-se de uma emoção natural do ser humano. O medo atua como um aliado, protegendo-nos e funcionando como um sinalizador para precaução contra perigos reais. Se procurarmos nos livros e estudos de Psicologia, encontraremos inúmeras conceituações sobre esta emoção, entre elas, a de que o medo é resultante de uma ameaça à rotina da existência.

Fobia: A fobia é uma espécie de medo acentuado, excessivo, desmedido, na presença ou previsão de encontro com o objeto ou situação que causa ansiedade em um grau elevadíssimo.

Pânico: Esse distúrbio é nitidamente diferente de outros tipos de ansiedade, caracterizando-se por crises súbitas, sem fatores desencadeantes aparentes. A sensação é de morte eminente, de perda de controle e medo de enlouquecer. Quando os ataques acontecem com certa frequência, o diagnóstico pode ser transtorno/distúrbio do pânico. É o estágio patológico mais avançado

do medo e os cuidados médicos e psicológicos são urgentes.

O psiquiatra Geraldo J. Ballone explica que o distúrbio do medo patológico pode se apresentar como fobia específica, quando o pavor tem um objetivo certo, como, por exemplo, medo de animais, de escuridão, de água, de altura. Pode ainda se apresentar como fobia social, na qual o horror é de sentir-se objeto de observação e de avaliação pelos outros, como, por exemplo, de falar em público, de escrever diante da observação dos outros, ou de comer em público. Pode ainda surgir sob a forma de ataques de pânico, em que o paciente passa a ser acometido, de uma hora para outra, de sintomas físicos terríveis, sem que saiba identificar exatamente o que o ameaça.

Ballone explica que o medo patológico,

A fobia é uma espécie de medo acentuado, excessivo

que limita de alguma forma a vida das pessoas, vem aparecendo com frequência cada vez maior em consultórios psiquiátricos e em clínicas psicológicas. Mas esse medo patológico se diferencia das manifestações ditas “normais” de medo, por uma série de características, tais como: é um medo que não tem razão objetiva; não tem base na realidade concreta; o próprio paciente sabe que é absurdo o que ele sente; provoca uma aflição (ansiedade) desmedida e é acompanhado de sintomas físicos, como os já citados.

Geraldo J. Ballone se utiliza de um exemplo clássico para ilustrar a diferença entre fobia e medo: o conhecido “medo de barata”. Ele explica: as pessoas costumam dizer que têm fobia de barata mas, na realidade, muitas vezes sentem apenas medo (ou asco) do animalzinho. Para ser fobia, esse sentimento deve ser, primeiro, muito desproporcional e absurdo. Segundo, a pessoa tem que apresentar os chamados sintomas autossômicos (falta de ar, sudorese, palpitação, mãos frias, etc.) diante da barata.

Normalmente o que se vê são pessoas que fazem um certo escândalo mas, não havendo platéia, pegam um chinelo e esmagam o inseto. O fóbico não. Ele simplesmente não dorme enquanto não tiver certeza absoluta de que o quarto está livre de baratas. Ele passa mal.

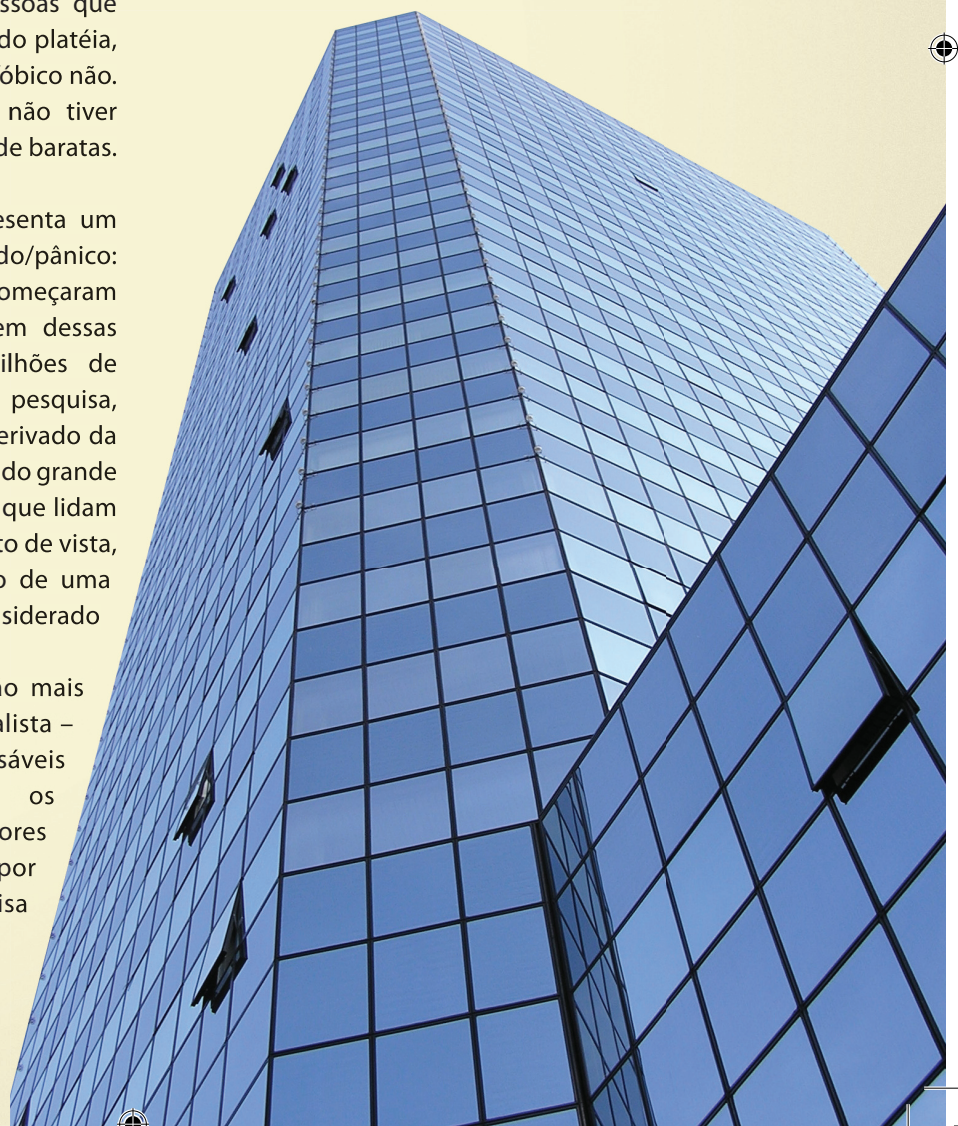
É também o psiquiatra quem apresenta um histórico do problema das fobias e do medo/pânico: Ele afirma que há cerca de um século começaram as primeiras investigações sobre a origem dessas desordens emocionais que atingem milhões de pessoas em todo o mundo. Um ramo da pesquisa, que se utiliza do modelo biopsicológico, derivado da psicologia comportamental, vêm encontrando grande ressonância entre os médicos e terapeutas que lidam com esse assunto. De acordo com esse ponto de vista, o medo patológico é apenas a expressão de uma angústia mais profunda, e não deve ser considerado uma doença em si.

Outro ramo da pesquisa, com visão mais neurológica e orgânica – explica o especialista – tenta delimitar as áreas do cérebro responsáveis pelo medo patológico, bem como os elementos cerebrais (neurotransmissores e neuroreceptores) relacionados por ele. Por causa desse tronco da pesquisa

científica foram encontradas várias substâncias reconhecidamente eficientes no tratamento do pânico, da fobia e da depressão.

Do ponto de vista neuropsiquiátrico, sabe-se hoje que as amígdalas, que são estruturas cerebrais localizadas na região das têmporas e têm a função de identificar situações de perigo, enviam ao hipotálamo, local de controle global do sistema endócrino, o sinal para que certas reações sejam deflagradas, como, por exemplo, a reação de estresse.

Essas amígdalas reconhecem uma ameaça porque são alimentadas pelo Sistema Límbico, a parte do cérebro que constitui uma espécie de banco de memória das ameaças à pessoa; portanto, de memória do medo. “No sistema límbico estão armazenadas as informações que remetem a temores de nossos ancestrais, como os de animais ferozes, do fogo ou da escuridão. Além disso, o Sistema Límbico registra dados que se referem a experiências em que o medo foi adquirido por aprendizado ou por trauma. De acordo



com pesquisas recentes, os fóbicos apresentariam uma hiperatividade nessa região do cérebro”.

Os pesquisadores passaram então a se empenhar, prossegue ele, na descoberta de que esse sistema todo seria regulado por duas substâncias chamadas de neurotransmissores: a serotonina e a noradrenalina. São essas mesmas duas substâncias que se relacionam ao humor e às sensações de prazer e de bem-estar.

A história dos antidepressivos, usados também para combater fobias e pânico, está intimamente ligada aos avanços nessa direção. A constatação de que a serotonina tinha um papel preponderante nesse processo propiciou a criação de medicamentos que atuam especificamente sobre esse neurotransmissor.

Ele acrescenta que, depois de alguns anos acompanhando casos e mais casos de fobias e pânico, pode-se afirmar hoje, com certeza, que esses medicamentos são indispensáveis, mas insuficientes para a cura do problema. “Já se constatou que o tratamento medicamentoso é muito mais eficaz quando associado à psicoterapia e vice-versa. Isoladamente, tanto os medicamentos quanto a psicoterapia servem mais para controlar a intensidade dos sintomas – o que, sem dúvida, faz uma enorme diferença para os que sofrem desses problemas, mas a resolução definitiva fica muito mais próxima com os dois tipos de tratamento conjuntamente”.

SEM MEDO DA CURA

A boa notícia, portanto, é que, ao contrário de antigamente, quando o fóbico ia progressivamente se retraindo e se isolando cada vez mais, hoje em dia um grande contingente de doentes se vê estimulado a procurar ajuda especializada. Essa diferença de postura deve-se, sem dúvida, aos avanços dos novos medicamentos e à eficácia dos tratamentos.

Para obter-se a cura não estão envolvidos apenas os medicamentos, relacionados à psiquiatria e à psicoterapia. No ramo da neurolinguística, explica Nelly Beatriz, a programação neurolinguística (PNL) utiliza basicamente a dissociação no processo de desfazer a associação entre o estímulo e a sensação (a resposta fóbica). Isto em geral é feito de forma simples, segura e rápida, lembrando que uma das formas através das quais aprendemos é a rapidez (a outra é a repetição).

“Ressaltamos que a PNL não se ocupa do conteúdo da fobia, mas da sua forma, do seu processo. Por este motivo, não se perde em intermináveis interpretações e explicações sobre o porquê um indivíduo é fóbico. Todavia, o indivíduo é considerado como um todo, ou seja, são verificadas outras questões que podem estar influenciando a fobia. Como exemplo, citamos os ganhos secundários, que ocorrem quando o indivíduo obtém vantagens a partir de seu problema, como atenção e afeto. Enquanto não for resolvida essa questão, ele não será curado da fobia. Uma outra estratégia utilizada em alguns casos de fobia (e no tratamento de sentimentos e comportamentos que o indivíduo não consegue alterar pelo simples esforço consciente e compreensão intelectual) é a reimpressão (“reimprint”), ou seja, a “reprogramação”, no cérebro, de uma impressão (“imprint”) causada por um acontecimento ou experiência de vida. Essa impressão ocorre quando a pessoa passa por uma experiência significativa, à qual associa forte emoção e a partir dela forma uma ou mais crenças.

Elvira Gross, por sua vez, diz que a boa notícia é que, mesmo que se desconheça a origem da fobia, ela é perfeitamente curável. “No programa medo de avião, por exemplo, o nosso objetivo é preparar a pessoa para que supere o medo de voar e possa viajar de forma natural e descontraída depois do tratamento”, diz. Esse tratamento é feito em grupos pequenos e dura em média de dois a três meses. Cada paciente passa inicialmente por uma entrevista de diagnóstico. Os procedimentos seguem as técnicas da Psicologia Comportamental e Cognitiva, desenvolvendo o controle sobre os comportamentos indesejáveis e identificando os pensamentos que geram emoções negativas. O processo terapêutico compreende orientação psicológica, técnicas para diminuir a ansiedade, relaxamento e visitas, no caso do medo de voar, ao aeroporto, culminando com uma viagem de avião acompanhada pelo psicólogo. A evolução do tratamento é determinada pelo ritmo de cada paciente e por suas possibilidades de enfrentar situações novas. “Em nenhum momento as pessoas são forçadas a enfrentar situações que não estejam à vontade para vivenciar”, sintetiza Elvira Gross, deixando claro, em síntese, que ninguém precisa sentir medo de deixar de sentir medo.

A Seguridade Social

no 1º Semestre de 2009



Analisar as contas da Seguridade Social na execução parcial do primeiro semestre de 2009 pode ser bastante instrutivo. Em meio à crise, como era de se esperar, os governos têm dificuldade de repetir a mesma folga fiscal que praticaram nos períodos de prosperidade e crescimento. A correta opção política de manter empregos e o funcionamento dos mercados financeiros e da economia em geral tem seus custos e, naturalmente, isto importa em gastos públicos, sejam no campo das despesas, no aumento do endividamento ou com renúncias fiscais.

A execução do Orçamento da Seguridade

Social (OSS) no 1º semestre de 2009 foi, em muito, influenciada pela crise. Além da queda de arrecadação determinada pela diminuição da circulação de bens e serviços e do lucro das empresas, medidas de desoneração foram adotadas afetando diretamente as receitas da Seguridade Social. Por outro lado, a determinação política de manter o funcionamento da economia ampliando a demanda interna fez ampliar despesas, como, por exemplo, a manutenção da política de conceder aumento real para o salário mínimo, ampliação dos valores dos benefícios assistenciais do Bolsa-Família, das prestações do seguro-desemprego.

Tabela 1 - Receitas e Despesas da Seguridade Social - RGPS - 1º semestre de 2007 a 2009

Receitas da Seguridade Social - RGPS	1º semestre - em R\$ milhões correntes			1º sem.- em % PIB		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
1. Receitas de contribuições Sociais	157.373,9	166.800,9	174.753,5	14,58	14,11	14,13
Contrib. Previd. Líq. RGPS	62.711,4	71.964,9	84.627,2	5,81	6,09	6,84
COFINS	48.193,7	57.401,5	52.195,1	4,47	4,86	4,22
CPMF	17.299,5	936,6	41,4	1,60	0,08	0,00
CSLL	15.837,6	20.898,2	22.548,9	1,47	1,77	1,82
PIS/ PASEP	12.425,0	14.705,8	14.235,6	1,15	1,24	1,15
Conc. Prognósticos e outras contribuições	906,7	893,9	1.105,3	0,08	0,08	0,09
2. Receitas Próprias	1.771,9	2.040,8	2.175,6	0,16	0,17	0,18
Rec. própria MDS	32,1	90,1	157,2	0,00	0,01	0,01
Rec. própria MPS	493,8	349,8	213,9	0,05	0,03	0,02
Rec. própria MS	1.102,0	1.447,0	1.621,6	0,10	0,12	0,13
Taxas de órgãos e entidades	144,0	154,0	182,9	0,01	0,01	0,01
3. Contrapartida do Orçamento Fiscal p/ EPU	698,7	762,5	716,3	0,06	0,06	0,06
Receita Total (1+2+3)	159.844,6	169.604,3	177.645,4	14,81	14,35	14,36
Despesas da Seguridade Social - RGPS	1º semestre - em R\$ milhões correntes			1º sem.- em % PIB		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
1. Benefícios Previdenciários	83.620,0	91.659,0	103.241,0	7,75	7,75	8,35
Previdenciários Urbanos	63.737,5	69.826,5	78.219,1	5,91	5,91	6,32
Previdenciários Rurais	16.381,0	18.220,0	20.660,0	1,52	1,54	1,67
Pagamentos Judiciais - Precatórios e Requisições	3.501,5	3.612,5	4.361,9	0,32	0,31	0,35
2. Benefícios Assistencias	6.458,1	7.719,8	9.280,8	0,60	0,65	0,75
Assistenciais LOAS	5.522,0	6.785,2	8.321,7	0,51	0,57	0,67
Assistenciais RMV	936,1	934,6	959,1	0,09	0,08	0,08
3. Compensação previdenciária			338,7	0,00	0,00	0,03
4. Outros Benef. Assistenciais - Transferência de renda	4.098,1	5.034,7	5.570,4	0,38	0,43	0,45
5. EPU - Benefícios de Legislação Especial	698,7	762,5	716,3	0,06	0,06	0,06
6. Saúde: pessoal ativo e outras despesas do MS	17.384,0	18.225,4	22.383,1	1,61	1,54	1,81
7. Assist. Social: pessoal ativo e outras despesas do MDS	770,1	774,1	1.023,3	0,07	0,07	0,08
8. Prev. Social: pessoal ativo e outras despesas do MPS	2.364,6	1.975,0	2.878,4	0,22	0,17	0,23
9. Outras ações da Seguridade Social	903,3	961,5	1.884,5	0,08	0,08	0,15
10. Benefícios FAT	6.437,8	7.194,0	10.174,1	0,60	0,61	0,82
11. Outras ações do FAT	207,0	141,9	115,2	0,02	0,01	0,01
Despesa Total (1+2+3+4+5+6+7+8+9+10+11)	122.941,7	134.447,9	157.605,9	14,07	14,00	15,22
Saldo do Regime Geral - RGPS	36.902,8	35.156,4	20.039,5	3,42	2,97	1,62

Fonte: para receitas, STN, para despesas SIAFI, extração da CONOFF-CD. Para receitas e despesas previdenciárias, Fluxo de Caixa da SPS. Elaboração ANFIP

O OSS não foi concebido para ser superavitário. Assim, num momento de crise, constatar que parte de suas receitas foi utilizada para financiar medidas de desoneração fiscal e que as suas programações foram ampliadas, numa dupla participação no esforço anticíclico, é uma boa notícia.

Mesmo perdendo receitas e ampliando despesas, o OSS no primeiro semestre de 2009 foi superavitário. Naturalmente, não se repetiram resultados tão vultosos como os anteriores. A Tabela 1 apresenta esses números para os primeiros semestres dos exercícios de 2007 a 2009.

Do ponto de vista das receitas, comparando-se o ocorrido no período de janeiro a junho de 2009 a igual período de 2008 e 2007, são importantes elementos para uma análise:

Redução da receita do Cofins e do PIS: esses tributos foram importantes alvos da política de desoneração anticíclica. Isto se somou aos efeitos da crise sobre o faturamento das empresas. Como desonerações promovidas em função da crise tivemos: Lei n.º 11.787/08, 11.945/09 e MP 460/09¹. A receita da Cofins também foi impactada pelas renúncias fiscais praticadas em outros tributos que se incorporam aos preços dos produtos, como o IPI e IOF, para ficar somente na esfera federal. Além da desaceleração das vendas e da queda nos níveis de importação e das renúncias no primeiro semestre, foram realizadas R\$ 3,1 bilhões em compensações tributárias, ampliando os efeitos negativos sobre a arrecadação dessa contribuição social;

A queda nos lucros e os efeitos sobre a CSLL: a crise determinou uma diminuição grande no lucro das empresas. Além de perdas relativas às atividades operacionais, muitas empresas amargaram resultados negativos de tesouraria, por perdas no mercado financeiro². No entanto, a receita da CSLL cresceu, em boa medida pelo aumento da alíquota cobrada do setor financeiro. Esse aumento praticado ao final do primeiro semestre de 2008, como uma das medidas compensatórias ao fim da CPMF, apresentou pequeno resultado naquele primeiro semestre, mas, quando comparamos a arrecadação dos primeiros seis meses de 2009 frente aos de 2008, há crescimento. As perdas nos demais setores da economia demonstraram-se

inferiores ao aumento da tributação sobre o mercado financeiro³;

O aumento da receitas das contribuições previdenciárias: é determinado pelo crescimento do mercado de trabalho e da sua formalização. Embora no último trimestre de 2008 o país tenha perdido mais de um milhão de postos com carteira assinada, o primeiro semestre de 2009 ainda teve uma base contributiva maior do que o de 2008, com um aumento da massa salarial nas regiões metropolitanas de 15%⁴.

Os números da STN - Secretaria do Tesouro Nacional - embora divergentes do resultado da RFB devido à metodologia utilizada -, mostram o quão importante foi o aumento da receita previdenciária para o resultado fiscal. Tomando-se o período de janeiro a junho de 2009 como referência, e comparando-o com o mesmo período do ano anterior, houve uma variação positiva de 11,5% nas receitas da Previdência Social. O impacto foi grande se consideramos que a receita líquida (receita total menos as transferências para Estados e Municípios) nesse período, segundo a STN, teve um decréscimo de 1,8%. Essa queda poderia ter um efeito potencializado em caso de não aumento das receitas da Previdência.

Já pela metodologia adotada pela RFB o aumento da receita previdenciária foi de 11,6% no período de janeiro a junho de 2009 - comparado com o mesmo período de 2008 - (5,8% em termos reais - IPCA). Esse aumento minimizou a queda - *grande parte devido às desonerações tributárias* - das receitas da RFB, que foi de 1,9% no período, principalmente da COFINS, IRPJ, IPI, IOF, CIDE e CSLL.

Não se pode desconsiderar outros fatores que, mesmo difíceis de quantificar, impactam negativamente a arrecadação.

A crise diminui a capacidade dos agentes econômicos de pagar tributos. Da mesma forma que, num cenário positivo, as receitas costumam crescer mais do que a economia, durante a crise as receitas tendem a uma diminuição maior do que a que pode ser mensurada nos respectivos fatos geradores. Essa elasticidade permitiu, por exemplo, que as perdas da CPMF fossem em grande parte compensadas com ganhos de arrecadação, fazendo com que a receita total não apresentasse redução em 2008 frente a 2007⁵.

1. A MP 460, convertida na Lei n.º 12.024, de 2009, foi ainda mais generosa nas renúncias e no tratamento das dívidas tributárias, mas os efeitos dessas novas regras se farão sentir sobre as contas do segundo semestre de 2009. Da mesma forma, somente a partir de outubro aparecerão os efeitos das renúncias introduzidas no projeto de lei de conversão da MP 462, que resultou na Lei n.º 12.058/2009.

2. Em operações de mercado aberto, nas operações com derivativos etc.

3. Esse crescimento não se faz sentir nos relatórios de arrecadação da SRFB porque os dados ali apresentados são relativos à arrecadação bruta e não à líquida, como é comum nos dados da ANFIP.

4. Dados da PME do IBGE

5. O crescimento de outras receitas da Seguridade foi fator determinante para esse resultado, já que o aumento praticado na CSLL e no IOF (direcionado ao Orçamento Fiscal) foi sabidamente insuficiente para

Outro episódio que interferiu na arrecadação foi o ambiente criado pela longa discussão de um novo parcelamento de débitos. Mesmo que não se entre no mérito da oportunidade e da conveniência, repetidos parcelamentos - e esse em especial pressionado pelo estabelecimento de regras muito mais generosas - criam um sentimento generalizado de que pode ser mais vantajoso entrar em débito com o Tesouro Nacional do que atrasar o pagamento de outra dívida.

Podemos ainda elencar outro fato. Foi implementado temporariamente um tratamento muito menos rigoroso na exigibilidade de certificação de quitação das obrigações tributárias para as empresas que contratam com o setor público.

Os resultados positivos nas receitas previdenciárias e na CSLL compensaram a queda da arrecadação verificada na COFINS e no PIS, permitindo que o nível de financiamento da Seguridade se mantivesse constante frente ao PIB.

Do ponto de vista das despesas, a Seguridade também deu uma grande contribuição no enfrentamento da crise. Financiar o aumento do salário mínimo em 12% foi uma grande contribuição para a manutenção do poder de compra das famílias, um dos mais importantes instrumentos para a manutenção da atividade econômica.

O aumento do salário mínimo para R\$ 465 e a antecipação em um mês de sua vigência (em 2008 o reajuste foi em março, e em 2009, em fevereiro - 2010 será em janeiro) ampliou despesas relativas à previdência social, assistência social, seguro desemprego e abono salarial.

Ressalte-se que as despesas com Seguro Desemprego também cresceram em função do aumento das demissões e do número de prestações do benefício, que aumentou para determinados setores industriais. Os benefícios do Bolsa-família também foram reajustados e há crescimento nas despesas relativas a vários outros programas sociais.

Esse conjunto de despesas, que ampliou o consumo das famílias, demonstrou-se um importante instrumento para diminuir os efeitos da crise em nosso país. Vale ressaltar o efeito multiplicador na economia que possuem esses gastos, capazes de induzir e aumentar o consumo das famílias.

A Tabela 2 demonstra alguns desses efeitos. Ela permite acompanhar como a crise afetou a economia nacional, determinando grandes perdas na indústria (a partir do 4º trimestre de 2008), e iniciando uma

recuperação somente no segundo trimestre de 2009. Essas perdas foram determinadas pela queda das exportações e pelo impacto da crise nas linhas de financiamento do setor. Na agricultura, as perdas são menos visíveis pelos efeitos da sazonalidade, que a Tabela 2 não pondera. O setor de serviços, muito mais associado ao consumo interno, pouco afetado pela crise, foi o que menos perdeu. É possível ver também os efeitos das desonerações, verificando como os impostos sobre os preços caíram, se compararmos 2009 a 2008.

A Tabela 3 trabalha os dados do PIB sob a ótica da demanda. Ela permite ver como o consumo das famílias e do governo buscou suprir a queda da demanda das exportações.

Com a crise, as empresas abandonaram seus projetos de investimentos ainda no 4º trimestre de 2008 e os retomam, em parte, a partir o 2º trimestre de 2009. Embora os dados não indiquem, essa retomada advém da Petrobrás - que foi inclusive retirada das metas de produção de superávit primário. O consumo das famílias demonstrou-se um importante fator para alimentar a demanda do PIB, especialmente quando as exportações caíram. Em parte, essa demanda está identificada com o aumento do salário mínimo, que vem determinando expressivas elevações na massa salarial e ainda possibilitando que vários outros segmentos sociais, como os de aposentados e pensionistas, mantenham e ampliem o poder de compra. Parte dessa demanda é proveniente das linhas de crédito, mas mesmo quanto a isso, é importante ressaltar o papel da formalização do trabalho nesse processo. Empréstimos consignados e até a redução de juros estão em muito caucionados numa maior estabilidade proporcionada pelo aumento das carteiras assinadas.

O consumo do governo também cresceu em resposta à crise. Esse conjunto maior de investimentos públicos, gastos governamentais em salários e em custeio - cuja maior parte corresponde aos desembolsos da Seguridade Social - são em muito responsáveis pela diminuição dos efeitos da crise.

Enquanto no Brasil houve uma retomada do emprego, a OCDE calcula que serão perdidos, nos países desenvolvidos, mais 10 milhões de empregos até o final de 2010, totalizando 25 milhões de empregos desde o início da crise. São resultados do tamanho do estrago da crise naquelas economias e da lentidão do processo de recuperação daqueles países⁶.

Naturalmente que diante da perda de receitas

compensar as perdas da CPMF.

6. O relatório sobre emprego da OCDE de setembro de 2009 pode ser acessado em www.oecd.org/dataoecd/12/38/43687853.pdf



Tabela 2 R\$ bilhões

Período	Formação do PIB					Exportações	Importações
	Indústria	Agropecuária	Serviços	Impostos	Total		
2007 T1	142,0	33,2	346,7	86,3	608,1	83,4	73,6
2007 T2	155,4	40,6	361,3	90,2	647,4	87,8	75,1
2007 T3	164,5	31,8	363,4	95,6	655,3	93,9	83,2
2007 T4	161,8	27,5	395,4	102,0	686,7	90,3	83,5
2008 T1	150,4	43,7	367,4	104,1	665,6	79,2	83,0
2008 T2	168,5	53,7	398,3	109,2	729,6	96,9	94,8
2008 T3	189,3	37,3	405,0	115,8	747,3	113,7	109,8
2008 T4	174,3	28,8	424,4	119,7	747,2	124,5	121,9
2009 T1	142,8	41,2	400,6	100,0	684,6	86,0	90,1
2009 T2	163,4	56,1	432,9	103,8	756,2	92,1	84,6

Fonte: IBGE- Sistema de Contas Nacionais - Trimestrais

Tabela 3 % PIB

Importações	PIB sob a ótica da demanda				Participação no PIB		
	PIB + Importações	Investimentos	Consumo governo	Consumo famílias	Exportações (% PIB)	Consumo famílias (% PIB)	Consumo governo (% PIB)
73,6	681,7	105,5	117,1	375,7	13,7%	61,8%	19,3%
75,1	722,5	119,8	124,1	390,8	13,6%	60,4%	19,2%
83,2	738,5	124,6	122,1	398,0	14,3%	60,7%	18,6%
83,5	770,2	110,9	154,0	415,1	13,1%	60,4%	22,4%
83,0	748,6	122,4	129,3	417,7	11,9%	62,8%	19,4%
94,8	824,4	153,1	138,7	435,7	13,3%	59,7%	19,0%
109,8	857,2	153,3	138,0	452,2	15,2%	60,5%	18,5%
121,9	869,0	118,3	178,4	447,8	16,7%	59,9%	23,9%
90,1	774,7	91,5	153,3	444,0	12,6%	64,8%	22,4%
84,6	840,8	121,6	155,9	471,2	12,2%	62,3%	20,6%

Fonte: IBGE- Sistema de Contas Nacionais - Trimestrais

advindas da crise, do aumento de renúncias e de despesas para enfrentar a situação, o país tenha dificuldades em manter os absurdos níveis de superávit primário que eram determinados pela agenda neoliberal. Não é por outro motivo que acumulam-se vozes – do atraso – reclamando da ganância do governo brasileiro. Mais do que a opção por não gastar, estão a reclamar da prioridade assumida pelo governo de manter os empregos, a renda do trabalhador e a capacidade de consumo das famílias. Essa reorientação determinou inclusive que mesmo durante uma das maiores crises do sistema capitalista mundial o Brasil apresentasse dados indicando a capacidade das ações governamentais de proteger os segmentos menos favorecidos, numa situação completamente

nova em relação a crises anteriores – segundo o IPEA⁷. “Ao contrário dos períodos de 1982/83, 1989/90 e de 1998/99, quando a inflexão econômica implicava aumento da pobreza nas regiões metropolitanas, não se observa crescimento na taxa de pobreza desde o último trimestre de 2008. O acompanhamento sistemático dos indicadores sociais deverá permitir analisar as diferenças da crise atual em relação às anteriores. Da mesma forma, a interferência da política anticíclica deve também estar resultando em efeitos compensatórios suficientes para evitar o agravamento social nas regiões metropolitanas.”

7. O Comunicado de Presidência nº 25, do IPEA, pode ser acessado em www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/comunicado_da_presidencia_n25_2.pdf



Arrecadação Bancária de 2009

tem crescimento de 9,8%
de janeiro a agosto

Nos primeiros oito meses do ano, as receitas referentes à arrecadação vinculadas à Previdência Social – *apuradas mediante o acompanhamento diário da entrada (recebimentos) de recursos financeiros do caixa do INSS* - tiveram crescimento nominal de 17,9%. Já o crescimento real¹, considerando a inflação do período, foi de 12,9%. Os recebimentos de caixa saltaram de R\$ 156,05 bilhões, em 2008, para R\$ 184,05 bilhões em 2009 (ver Tabela).

As Receitas Previdenciárias Próprias (Recebimentos Próprios) alcançaram, no período entre janeiro e agosto de 2009, o equivalente a R\$ 122,9 bilhões. Deduzidas as Transferências a Terceiros, iguais a R\$ 12,2 bilhões, apuram-se Receitas Próprias Líquidas (RPLs) equivalentes a R\$ 110,7 bilhões. Se comparadas ao mesmo período de 2008, quando as RPLs totalizaram praticamente R\$ 111 bilhões, o crescimento nominal foi de 10,7%, e o real, de 6%.

A Arrecadação Bancária, rubrica mais expressiva das Receitas Previdenciárias Próprias, teve incremento nominal de 9,8% e real de 5,2% de janeiro a agosto. Em valores monetários correntes, passou de R\$ 103,2 bilhões em 2008 para R\$ 113,4 bilhões em 2009. Nos oito primeiros meses de 2008 ela representava, em termos reais, 68,5% das receitas próprias. Em 2009 esse valor manteve o mesmo percentual. Isso mostra que a crise financeira mundial não afetou a sustentabilidade da arrecadação.

A partir de agosto de 2007, foi incluída nos recebimentos próprios a rubrica Simples Nacional (“Supersimples”). O Simples Nacional é um regime tributário diferenciado, simplificado, previsto na Lei Complementar nº 123 de 2006 (alterada pela LC nº 127 de 2007), aplicável às microempresas e às empresas de pequeno porte, a partir de julho de 2007. Essa rubrica implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes tributos: Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ); Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS); Contribuição para o PIS/Pasep; Contribuição para a Seguridade Social

(cota patronal); Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Representa a segunda maior fonte das Receitas Previdenciárias Próprias, equivalendo, nos primeiros oito meses acumulados de 2009, a 6,4% (R\$ 7,9 bilhões) dos Recebimentos Próprios. Mesmo diante da crise financeira, os recebimentos dessa rubrica foram maiores que os de janeiro a agosto de 2008, quando perfizeram R\$ 6,4 bilhões, ou 5,2% dos Recebimentos Próprios.

Já os recursos provenientes do Orçamento da Seguridade Social (Transferências da União) totalizaram de janeiro a agosto de 2009 o equivalente a R\$ 52,4 bilhões, valor bem superior aos R\$ 33,9 bilhões de 2008. Em termos reais houve um acréscimo de 48,1%. Esse aumento nas transferências (principalmente na fonte 153 – Cofins) foi, ao que tudo indica, para suprir as constantes quedas na arrecadação.

A Cofins/LOAS, rubrica que suporta o pagamento de benefícios pelo INSS, representou no acumulado de 2009 cerca de 25,7% do total repassado pelo Ministério da Fazenda. Em valores nominais houve incremento da rubrica de 25,8% em relação ao total de 2008. Já em valores reais, considerando a inflação vigente no período, houve um aumento de 20,4%. Em valores monetários reais, comparando o período de janeiro a agosto de 2008 ao de 2009, o salto foi de R\$ 10,7 bilhões em 2008 para R\$ 13,4 bilhões em 2009.

Sob a ótica das Despesas Totais (Pagamentos), o acumulado de janeiro a agosto de 2009 somou R\$ 171,2 bilhões, o que expressa um aumento nominal de 13,1% e um crescimento real de 8,3%, haja vista que em 2008 o total foi de R\$ 151,4 bilhões.

A diferença entre as Receitas Próprias Líquidas² do INSS e o Total de Benefícios do RGPS foi de R\$ 26,9 bilhões negativos no acumulado de 2009. O saldo teve variação real negativa de 21,9%, já que no ano de 2008 somou R\$ 21,1 bilhões negativos. É importante ressaltar que esse resultado não computa nenhuma

1. Os valores reais foram atualizados mensalmente pelo INPC a preços de agosto de 2009.

2. Receitas Próprias Líquidas correspondem a Receitas Previdenciárias Próprias deduzidas as Transferências a Terceiros.

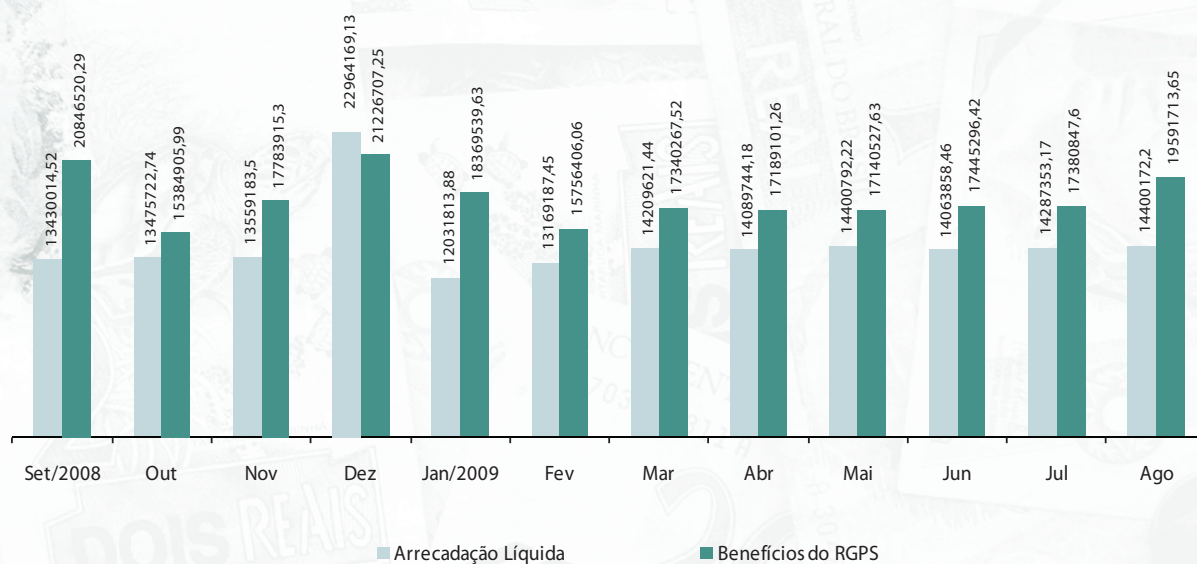
outra receita do Orçamento da Seguridade Social, o qual se mantém superavitário.

Mesmo diante da crise financeira mundial, instalada a partir de outubro de 2008, e da redução do saldo entre admissões e demissões divulgados pelo Caged / MTE (em relação a períodos

equivalentes de anos anteriores), fato que afetou negativamente o nível de emprego, pode-se concluir que, se comparada ao mesmo período de anos anteriores, a Receita Previdenciária apresentou resultados satisfatórios nos oito primeiros meses de 2009.

Evolução mensal da arrecadação líquida e da despesa com benefícios do regime geral de Previdência Social (RGPS) 2008/2009

(em R\$ mil)



Fluxo de Caixa do INSS - Jan a Ago - 2008 e 2009

(em R\$ mil correntes)

DISCRIMINAÇÃO	JAN/2009	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	Acumulado Jan-Ago 2009	Acumulado Jan-Ago 2008
1. SALDO INICIAL	3.306.364	5.275.833	7.923.248	7.623.384	7.885.058	7.935.390	8.282.472	9.133.037	3.306.364	2.068.139
2. RECEBIMENTOS	24.796.656	21.967.034	20.771.729	21.188.414	21.072.252	21.539.586	22.214.999	30.496.033	184.046.703	156.046.537
2.1 Próprios	14.402.717	14.559.096	15.583.212	15.516.769	15.774.516	15.508.589	15.737.121	15.818.989	122.901.010	110.997.962
- Arrecadação Bancária	13.759.493	13.767.714	13.894.154	14.094.227	14.252.169	14.387.040	14.593.537	14.607.691	113.356.025	103.215.756
- Arrecadação SIMPLES ⁽¹⁾	23.711	20.709	15.559	13.908	14.519	13.054	4.181	11.356	116.996	334.121
- Arrecadação SIMPLES NACIONAL ⁽¹⁾	517.841	727.848	1.475.652	985.701	993.079	1.021.595	1.076.981	1.099.324	7.898.021	6.412.461
- Arrecadação REFIS ⁽¹⁾	26.158	20.730	23.721	24.441	22.091	16.914	946	21.411	156.413	199.125
- Arrecadação FNS ⁽¹⁾	0	21	71	117	161	41	32	47	490	-
- Arrecadação Lei nº 11.941/09	-	-	-	-	-	-	62	15.773	15.836	-
- Arrecadação FIES ⁽¹⁾	45.182	2.783	109.088	58.426	73.437	64.842	67.207	60.613	481.578	451.763
- Depósitos Judiciais	89.586	60.453	114.880	391.646	470.825	53.331	84.893	65.996	1.331.610	705.366
- Ressarcimento de Arrecadação	-527	-4	-374	-236	-112	-424	-98	-	-1.776	-1.363
- Restituições de Arrecadação	-10.636	-12.937	-21.526	-22.306	-23.466	-17.939	-60.801	-34.176	-203.787	-92.169
- Taxa de Administração Sobre Outras Entidades ⁽²⁾	-48.092	-28.223	-28.012	-29.154	-28.186	-29.864	-29.820	-29.046	-250.396	-227.098
2.2 Rendimentos Financeiros	-18.823	-31.670	-39.561	-22.040	-24.830	-12.979	25.501	49.315	-75.086	-27.860
- Remuneração s/ Arrecad. Bancária	139	99	109	177	84	79	71	73	831	948
- Rendimentos Aplicações Financeiras	-18.962	-31.769	-39.670	-22.218	-24.914	-13.057	25.429	49.242	-75.918	-28.808
2.3 Outros	70.798	17.309	4.950	20.137	12.245	12.581	4.597	27.512	170.130	202.408
2.4 Antecipação da Receita (Tesouro Nacional)	3.105.648	786.563	1.137.880	-1.692.680	-254.652	-5.079.170	-789.159	11.449.331	8.663.761	11.012.230
2.5 Transferências da União	7.236.316	6.635.736	4.085.247	7.366.228	5.564.973	11.110.563	7.236.938	3.150.887	52.386.888	33.861.797
- Recursos Ordinários	40.962	38.734	39.006	39.645	39.239	43.044	42.224	11	282.866	1.051.708
- Concursos e Prognósticos	11.961	677	-65	94	134	16	59	-21	12.855	42.031
- Operações de Crédito Externa	-	-	2.000	-	-	-	-	4	2.004	-2
- Contribuição Social sobre o Lucro	255.996	292.995	329.082	327.922	304.002	367.036	334.586	311.987	2.523.605	3.378.694
- COFINS e Contribuição do Plano de Seguridade Social Se	1.816.178	4.466.289	1.773.170	5.116.228	3.030.456	8.774.634	5.288.295	297.307	30.562.556	13.960.751
- Contribuição Provisória s/ Mov. Financeira	-	-	-	56	-	-	-	-	56	-
- Recursos Ordinários / COFINS - TRF	3.053.322	167.097	201.276	256.578	234.246	289.833	352.346	255.509	4.810.207	3.910.123
- Contribuição Social sobre o Lucro - Contrapartida	2	-	-	-	-	-	-	-	2	1.021
- Devolução do PSS / PASEP / Outros	0	-	-	-	-	-	-	-	0	74.971
- COFINS - EPU	83.626	102.991	171.280	58.706	74.748	64.000	64.218	126.195	745.764	751.000
- COFINS/LOAS	1.974.268	1.566.954	1.569.497	1.567.000	1.882.149	1.572.000	1.155.211	2.159.894	13.446.973	10.691.501
3. PAGAMENTOS	22.875.279	19.347.842	21.099.605	20.955.894	21.050.105	21.222.368	21.394.253	23.257.362	171.202.709	151.421.943
3.1 Pagamentos do INSS	20.504.375	17.957.933	19.726.015	19.528.870	19.676.382	19.777.637	19.944.485	21.838.546	158.954.242	140.350.163
3.1.1 - Total de Benefícios ⁽³⁾	19.927.926	17.469.936	19.807.073	18.974.367	18.919.244	19.179.415	19.167.859	21.341.395	154.787.215	136.454.437
3.1.1.1 - Total de Benefícios Pagos (a + b)	19.825.331	17.291.024	19.019.982	18.835.846	18.792.911	19.111.467	19.042.338	21.264.212	153.183.110	135.563.478
a) Benefícios do RGPS	18.369.540	15.756.406	17.340.268	17.189.101	17.140.528	17.445.296	17.380.848	19.591.714	140.213.700	124.319.965
- Benefícios - INSS	15.306.659	15.532.887	17.078.611	16.760.032	16.767.380	17.023.898	16.907.758	19.287.905	134.665.131	120.114.786
- Sentenças Judiciais - TRF	3.053.322	167.097	201.276	256.578	234.246	289.833	352.346	255.509	4.810.207	3.910.123
- Sentenças Judiciais - INSS	1.023	2.130	5.614	35.568	55.498	59.653	50.568	47.952	258.005	295.056
- Comprev ⁽⁴⁾	8.535	54.292	54.767	136.923	83.404	71.913	70.175	348	480.357	-
b) Benefícios não Previdenciários	1.455.791	1.534.618	1.679.714	1.646.745	1.652.384	1.666.170	1.661.491	1.672.498	12.969.410	11.243.513
- Encargos Previdenciários da União - EPU	69.327	66.772	64.191	65.525	65.699	67.874	68.257	70.760	538.406	720.019
- LOAS e RMV	1.386.464	1.467.846	1.615.523	1.581.219	1.586.684	1.598.297	1.593.233	1.601.738	12.431.005	10.523.494
3.1.2 - Benefícios devolvidos	-102.595	-178.912	-787.091	-138.521	-126.333	-67.949	-125.521	-77.183	-1.604.104	-890.959
3.1.3 Pessoal	603.605	348.928	540.048	544.760	547.346	555.378	798.816	453.487	4.392.367	3.748.718
3.1.4 Custeio	75.440	317.981	165.985	148.263	336.125	110.792	103.331	120.847	1.378.765	1.037.967
3.2 Transferências a Terceiros	2.370.904	1.389.909	1.373.591	1.427.025	1.373.724	1.444.731	1.449.768	1.418.816	12.248.467	11.071.780
4. Saldo Nominal (1+2-3)	5.227.741	7.895.026	7.595.372	7.855.904	7.907.204	8.252.608	9.103.217	16.371.707	70.208.779	56.647.585
5. Saldo Operacional (2-3)	1.969.469	2.647.415	-299.864	261.673	50.333	347.081	850.565	7.267.717	13.094.390	4.624.594

FONTE: Divisão de Programação Financeira do INSS, Vol 13 nº 12 e Vol 14 nº 8

(1) Recursos transferidos pela União. (2) A partir de 2008 o valor da taxa de adm. sobre outras entidades é abatido dos recebimentos próprios por não ser utilizado para pagamento de benefícios do RGPS.

(3) Inclui valores de benefícios devolvidos. (4) A partir de 2008 o valor da compensação previdenciária foi contabilizado em separado.

Notas: 1. A conta Transferência a Terceiros engloba as contas de transferências de recursos ao SENAR, SENAI, SESI, etc.

2. Arrecadação Líquida corresponde a Recebimentos Próprios menos Transferências a Terceiros.

3. Os valores de Benefícios Previdenciários incluem: provisionamento da maquiagem, empresas convenientes, benefícios no exterior,

COMPREV, sentenças judiciais, reembolso de salário-família e maternidade e RPB (auxílios).

4. O INSS informou que a alteração em valores das rubricas Recebimentos Diretos "Antecipação de Receita" e Total de

Pagamentos "Custeio", do Fluxo de Caixa, divulgados em edições anteriores - janeiro a junho de 2007, deveu-se à duplicidade

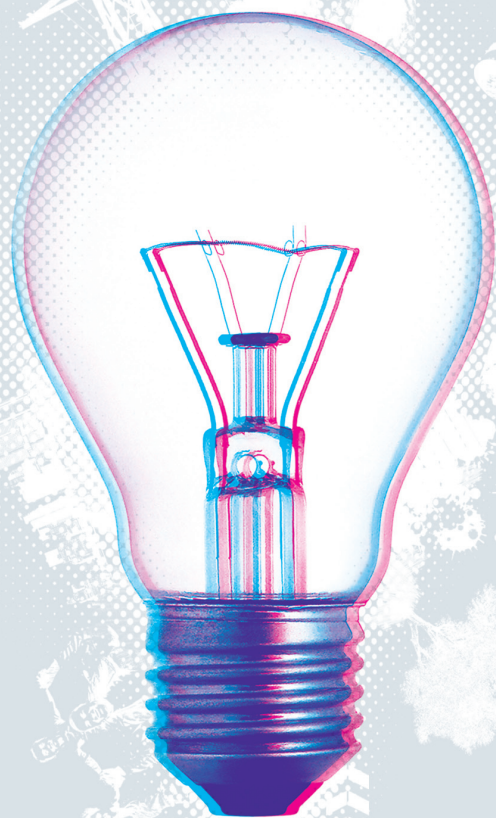
5. Dados preliminares, sujeitos a alterações.



José Carlos da Silva

Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil

Pós-Graduado em Políticas Públicas e em Administração de Empresas



A Arrecadação Tributária “Estimulada” e as Exigências de CND

Fonte principal do financiamento do Estado, a arrecadação tributária guarda naturalmente correspondência com as ações empreendidas pela Auditoria Fiscal. Estas ações podem ser diretas, onde o principal exemplo são as “autuações” de valores não declarados, ou indiretas, quando do controle de diversas obrigações impostas pela legislação.

Ao analisar inicialmente esse contexto, destaco ser comum, no âmbito dos tributos federais, a expressão “arrecadação espontânea” para se referir àquela que decorre de um cumprimento da legislação tributária de pagar o tributo, dos valores, declarados ou não, sem a necessidade de autuação ou cobrança pela Receita Federal do Brasil - RFB.

A meu ver tal concepção é um erro crasso, que, inclusive, diminui a real importância do cargo de Auditor Fiscal. Não existe “arrecadação espontânea”, existe sim a “arrecadação estimulada”, que decorre, basicamente, dos seguintes fatores:

1 – O risco de ser apenado – É um reflexo da presença fiscal, que faz perceber ao contribuinte que pode vir a ser autuado, ter a sua compensação indeferida, ou qualquer outra ação do fisco que implique ao contribuinte pagar mais do que devia inicialmente. Este aspecto também está ligado à condição de cobrança das penas pecuniárias impostas; quanto mais efetivas as cobranças, administrativa e judicial, maior a percepção de risco, e vice-versa.

2 – A necessidade de adimplência, com as obrigações correntes e débitos porventura parcelados, em decorrência de exigências de CND.

Quanto ao segundo item, objeto da presente análise, é interessante observar que determinados grupos de contribuintes, com alguma pendência ou restrição, deveriam obrigatoriamente, em razão das atividades que exercem, estar adimplentes com a Receita Federal (tributos fazendários e/ou previdência social), isto em virtude dos seguintes aspectos:

a - Empresas que reconhecidamente mantêm contratos de prestação de serviços com

entidades públicas,

b - Portadoras de concessão (ex. transporte público, radiodifusão, etc) e permissão (ex. transporte escolar e individual, exames de CNH, etc) de serviço público,

c - Empresas que são beneficiárias (benefício em curso) de incentivos fiscais e/ou de crédito, concedidos pela União, Estados e Prefeituras,

d - Empresas credenciadas para prestação de serviços custeados pelo poder público (ex. Prestadores de Planos de Saúde custeados pelo poder público, hospitais/SUS, etc),

e – Alterações societárias (casos previstos),

f – Alienação ou oneração de bens móveis e imóveis (casos previstos. Ex. transferência de veículos de PJ, averbação de construção civil, etc).

Quanto à contratação, os órgãos públicos são obrigados a exigir das empresas o cumprimento das obrigações para com as Fazendas Públicas e Seguridade Social. Esta exigência inicia-se desde o momento da habilitação ao processo licitatório e estende-se por todo o período de contratação. Entretanto, por vezes a exigência, contrariamente à lei e aos interesses fiscais, se limita às fases de habilitação. Às concessões e permissões, a partir da Lei 8987/1995, aplicam-se dispositivos da Lei de Licitações.

Nos quesitos abordados (concessões, credenciamento para prestação de serviços, benefícios fiscais/crédito), a omissão de exigência de CND, ao longo de todo o período, novamente se repete, sendo tratada, por vezes, como se fosse um ato discricionário do agente público.

Inclusive é evidente a não exigência pelos Governos Estaduais quanto aos benefícios e incentivos – ICMS, que praticam (por vezes chamada de Guerra Fiscal). Neste aspecto, nos casos em que os contratos estipulem que a concessão de benefício ou incentivo ocorram, e sejam contabilizadas, ao longo de determinado período, a exigência de CND Previdenciária deve ocorrer na celebração e durante o mesmo. Caso não interpretássemos assim admitiríamos as vantagens de utilização do benefício/incentivo fiscal, por 10, 15, 20 anos, sem a contrapartida exigida pela Constituição.

Quanto às operações de crédito, com recursos públicos, é claro que a exigência é apenas na concessão, apesar de haver espaço político-administrativo para, quando da existência de cláusulas de redução de juros condicionadas à adimplência, condicionar tal redução também à regularidade fiscal. Afinal são recursos públicos.

Há ainda leituras de não exigência nos demais casos (Ex. Juntas Comerciais e Detrans).

E A RFB COM ISSO?

Tudo, vez que têm a obrigação, quanto à legislação previdenciária, de autuação dos gestores e agentes envolvidos, e quando despida de tal obrigação têm, ou deveria ter, o interesse de representar quaisquer desvios às autoridades competentes, considerando os reflexos diretos na arrecadação se ampliado o número de empresas com necessidade de adimplência.

Outra situação a ser considerada são os casos em que a CND é emitida indevidamente:

Postergação da declaração de valores devidos,

Falseamento dos valores declarados quando da solicitação de CND para correção posterior, compensações indevidas e outras.

Nesses casos somente o lançamento dos débitos não seria ação suficiente, vez que o contribuinte logrou a utilização da CND em seu favor e até, possivelmente, concorrendo de forma desleal junto a outros, cumprindo sua intenção inicial contrariamente aos interesses do fisco. Não há muitas notícias de cassação de CND e representação aos órgãos de controle, o que imagino teria grande repercussão no volume das situações explanadas.

Concluimos que há um desmerecimento da matéria, em decorrência, principalmente, da falta de avaliação de seus reflexos na arrecadação.

REFERÊNCIAS LEGAIS:

Constituição Federal - art. 175, art. 195 § 3º.

Lei nº 8.212/1991 - art. 47, inciso I, alíneas a, b, c e d, inciso II, § 1º ao § 6º; alíneas a, b, c e d do § 6º, § 7º; art. 48, § 1º ao § 3º.

Decreto nº 3.048/1999 - art. 257, inciso I, alíneas a, b, c e d, inciso II, inciso III, Inciso IV, inciso V, alíneas a, b e c, inciso VI, § 1º ao § 6º, incisos I, II e III do § 6º; § 7º; § 8º, incisos I, II, III e IV do § 8º, § 9º ao § 16; art. 263 e parágrafo único; art. 283, inciso II, alíneas c, d, e, f, g e h.

Portaria Interministerial MPS/MF nº 48/2009 - art. 8º, inciso IV, alíneas b e c; inciso V, inciso VI e inciso VII.

Lei nº 8.666/1993 - art. 1º; art 2º e parágrafo único; art. 27, inciso IV; art. 29, inciso IV; art. 54, § 1º; art. 55, inciso XIII.

Lei 8.429/1992 - art. 10, inciso VII.

Lei nº 8.987/1995 - art. 1º; art. 14; art. 18; art.40.

MP nº 451/2008 - art. 6º.

Decreto-Lei 1.715/1979

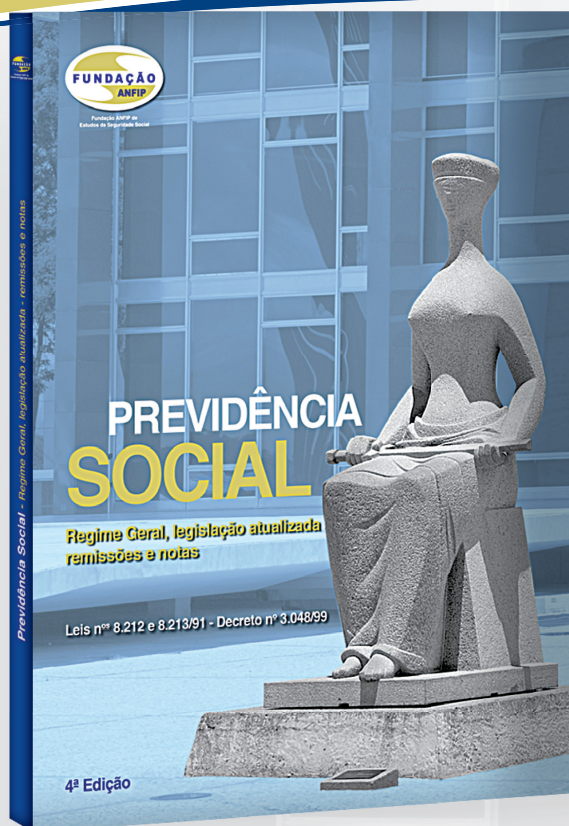
Decreto-Lei 147/1967 - art. 62

Previdência Social

Regime Geral

Legislação atualizada

Remissões e notas



**ADQUIRA LOGO A SUA EDIÇÃO
ATUALIZADA ATÉ ABRIL DE 2009**

www.fundacaoanfip.org.br

fundacao@anfip.org.br



de Estudos da Seguridade Social
www.fundacaoanfip.org.br

SBN Qd. 01 Bl. "H" Ed. ANFIP Sala 45

CEP 70.040-907 / Brasília - DF

Tel.: (61) 3326-0676

Fax: 3326-0646

FUNDAÇÃO ANFIP DE ESTUDOS DA SEGURIDADE SOCIAL

Inteligência a serviço da sociedade

A Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social dispõe de equipe técnica especializada para realizar estudos, seminários, cursos, debates e trabalhos categorizados com enfoque centralizado na proteção à população, aos trabalhadores, aos contribuintes e aos beneficiários.

Visite o nosso site e conheça um pouco da
nossa atuação e das nossas publicações.

www.fundacaoanfip.org.br

